Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018 9

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

Comentário do Desempenho 12

Notas Explicativas 14

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 68

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 70

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 71

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.746.065.322
Preferenciais	935.536.450
Total	2.681.601.772
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.038.900
Preferenciais	14.077.800
Total	21.116.700

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	153.394.578	155.138.971
1.01	Ativo Circulante	99.868.366	101.473.672
1.01.01	Disponibilidades	1.512.651	3.674.112
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.306.397	27.136.910
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	36.095.167	25.834.469
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.211.230	1.302.441
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	38.173.282	37.214.764
1.01.03.01	Carteira própria	19.411.795	16.294.353
1.01.03.02	Vinculados a compromissos de recompra	1.172.893	3.011.543
1.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	16.536.615	17.112.693
1.01.03.04	Vinculados à prestação de garantias	739.329	651.948
1.01.03.05	Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	312.650	144.227
1.01.04	Relações Interfinanceiras	967.778	1.472.947
1.01.04.01	Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	966.755	1.472.947
1.01.04.03	Créditos vinculados - Sistema Financeiro de Habitação	1.023	0
1.01.06	Operações de Crédito	6.299.177	4.526.820
1.01.06.01	Operações de crédito - setor privado	6.691.651	4.650.605
1.01.06.02	Provisão para perdas em operações de crédito	-491.923	-438.357
1.01.06.03	Operações de crédito cedidas	99.449	314.572
1.01.08	Outros Créditos	15.586.692	27.426.943
1.01.08.01	Carteira de câmbio	9.864.595	11.906.964
1.01.08.02	Rendas a receber	1.691.302	2.084.475
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	3.044.259	2.614.973
1.01.08.04	Diversos	750.871	10.723.864
1.01.08.05	Provisão para perdas em outros créditos	-198.973	-7.682
1.01.08.06	Créditos por avais ou Fianças	434.638	104.349
1.01.09	Outros Valores e Bens	22.389	21.176
1.01.09.01	Outros valores e bens	2.969	2.852
1.01.09.03	Despesas antecipadas	19.420	18.324
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.840.727	42.364.661
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.052.918	5.430.633
1.02.01.01	Aplicações no mercado aberto	5.052.918	5.430.633
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	24.127.987	22.102.904
1.02.02.01	Instrumentos financeiros derivativos	22.410.574	20.457.782
1.02.02.02	Carteira Própria	896.401	891.103
1.02.02.03	Vinculados a compromissos de recompra	778.401	709.234
1.02.02.04	Vinculados à prestação de garantias	42.611	44.785
1.02.03	Relações Interfinanceiras	196.276	207.263
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	196.276	207.263
1.02.05	Operações de Crédito	6.790.316	7.924.516
1.02.05.01	Operações de crédito - setor privado	7.061.058	8.053.861
1.02.05.02	Provisão para perdas em operação de crédito	-299.520	-248.300
1.02.05.03	Operações de crédito cedidas	28.778	118.955
1.02.07	Outros Créditos	5.652.041	6.626.629
1.02.07.03	Diversos	5.680.715	6.736.927

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.02.07.04	Provisão para perdas em outros créditos	-28.674	-110.298
1.02.08	Outros Valores e Bens	21.189	72.716
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	10.116	9.494
1.02.08.02	Investimentos temporários	0	52.149
1.02.08.03	Outros valores e bens	72.635	72.635
1.02.08.04	Provisão para desvalorização	-61.562	-61.562
1.03	Ativo Permanente	11.685.485	11.300.638
1.03.01	Investimentos	11.587.321	11.195.904
1.03.01.02	Participações em Controladas	11.585.956	11.194.539
1.03.01.02.01	Participações em Controladas - no país	9.307.926	8.612.903
1.03.01.02.02	Participações em Controladas - no exterior	2.278.030	2.581.636
1.03.01.04	Outros Investimentos	4.232	4.232
1.03.01.04.01	Outros investimentos	4.232	4.232
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-2.867	-2.867
1.03.01.05.01	Provisão para perdas	-2.867	-2.867
1.03.02	Imobilizado de Uso	35.123	37.029
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	148.889	148.044
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-113.766	-111.015
1.03.04	Intangível	63.041	67.705
1.03.04.01	Outros ativos intangíveis	209.478	209.066
1.03.04.02	Amortização acumulada	-146.437	-141.361

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	153.394.578	155.138.971
2.01	Passivo Circulante	75.949.274	83.476.721
2.01.01	Depósitos	13.662.803	15.860.404
2.01.01.01	Depósitos à vista	159.050	109.111
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros - ligadas	340.663	3.275.614
2.01.01.03	Depósitos interfinanceiros	212.226	115.411
2.01.01.04	Depósitos à prazo	12.950.864	12.360.268
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	14.546.192	23.367.115
2.01.02.01	Carteira própria	836.120	3.612.836
2.01.02.02	Carteira de terceiros	6.935.655	14.983.540
2.01.02.03	Carteira de livre movimentação	6.774.417	4.770.739
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.080.496	2.671.463
2.01.03.01	Recursos de letras imobiliárias	3.986.250	2.522.418
2.01.03.02	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	0	72.776
2.01.03.03	Captação por certificados de operações estruturadas	94.246	76.269
2.01.04	Relações Interfinanceiras	6.422	5.388
2.01.04.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	6.422	5.388
2.01.05	Relações Interdependências	223.208	24.356
2.01.05.01	Recebimentos e pagamentos a liquidar	223.208	24.356
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	1.540.113	1.231.495
2.01.06.01	Empréstimos no exterior	1.540.113	1.231.495
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	979.186	45.822
2.01.07.01	Instituições Oficiais	979.186	45.822
2.01.09	Outras Obrigações	40.910.854	40.270.678
2.01.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	26.703.322	23.186.480
2.01.09.02	Cobrança e arrecadação e assemelhados	6.982	7.812
2.01.09.03	Carteira de câmbio	9.390.544	11.620.375
2.01.09.04	Sociais e estatutárias	144.067	945.975
2.01.09.05	Fiscais e previdenciárias	67.816	2.063.321
2.01.09.06	Negociação e intermediação de valores	2.847.829	1.926.149
2.01.09.07	Diversas	155.871	128.791
2.01.09.08	Dívidas subordinadas	1.594.423	391.775
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	58.723.059	53.110.879
2.02.01	Depósitos	4.692.227	804.223
2.02.01.01	Depósitos a prazo	4.660.550	778.491
2.02.01.02	Depósitos interfinanceiros	31.677	25.732
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	20.938.360	11.051.161
2.02.02.01	Carteira Própria	1.202.040	503.004
2.02.02.02	Carteira livre movimentação	676.601	1.282.007
2.02.02.03	Carteira de terceiros	19.059.719	9.266.150
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	5.469.652	6.990.911
2.02.03.01	Recursos de letras imobiliárias	2.145.475	3.810.036
2.02.03.02	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	3.324.177	3.180.875
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	2.575.657	3.346.351
2.02.07.01	FINAME	1.742.633	2.657.728
2.02.07.02	Empréstimos no exterior	833.024	688.623

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.09	Outras Obrigações	25.047.163	30.918.233
2.02.09.01	Instrumentos financeiros derivativos	14.677.116	18.272.610
2.02.09.04	Fiscais e previdenciárias	29.176	10.270
2.02.09.06	Diversas	2.546.347	3.627.036
2.02.09.07	Dívida subordinada	4.786.909	5.965.008
2.02.09.08	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	3.007.615	3.043.309
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	74.219	82.144
2.03.01	Resultado de Exercícios Futuros	74.219	82.144
2.05	Patrimônio Líquido	18.648.026	18.469.227
2.05.01	Capital Social Realizado	7.392.092	7.392.092
2.05.01.01	Capital Social domiciliado no país	4.898.856	4.898.856
2.05.01.02	Capital Social domiciliado no exterior	2.493.236	2.493.236
2.05.02	Reservas de Capital	652.515	652.515
2.05.04	Reservas de Lucro	9.450.225	9.996.043
2.05.04.01	Legal	1.181.507	1.181.507
2.05.04.02	Estatutária	5.295.838	6.103.773
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	2.803.826	2.803.826
2.05.04.05	Retenção de Lucros	300.000	0
2.05.04.05.01	Reservas especiais de lucros	300.000	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-130.946	-93.063
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-130.946	-93.063
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	675.290	428.577
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	477.904	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.676.765	2.970.894
3.01.01	Operações de crédito	215.258	412.931
3.01.02	Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	476.068	1.105.837
3.01.03	Resultado com instrumentos financeiros derivativos	794.051	982.463
3.01.04	Resultado de operações de câmbio	175.957	416.030
3.01.05	Resultado de aplicações compulsórias	15.431	53.633
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.339.176	-1.788.306
3.02.01	Operações de captação no mercado	-1.121.153	-1.894.927
3.02.02	Operações de empréstimos e repasses	-218.348	123.301
3.02.03	Provisão para operações de crédito	325	-16.680
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	337.589	1.182.588
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	184.931	164.922
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	163.337	223.193
3.04.02	Despesas de Pessoal	-74.651	-60.750
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-177.672	-136.519
3.04.04	Despesas Tributárias	-26.584	-85.312
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	61.901	115.280
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-112.942	-159.734
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	351.542	268.764
3.05	Resultado Operacional	522.520	1.347.510
3.06	Resultado Não Operacional	0	-28.821
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	522.520	1.318.689
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	0	3.569
3.08.01	Provisão para imposto de renda	0	617
3.08.02	Provisão para contribuição social	0	2.952
3.09	IR Diferido	15.972	-303.764
3.09.01	Ativo fiscal diferido	15.972	-303.764
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-60.941	-145.861
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	477.551	872.633
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)	0,18000	0,31000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	477.551	872.633
4.03	Resultado Abrangente do Período	477.551	872.633

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.975.830	9.262.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-95.931	480.386
6.01.01.01	Resultado de participações em controladas	-361.092	-290.280
6.01.01.02	Depreciação e amortização	7.785	8.938
6.01.01.03	Amortização de ágio	9.550	21.516
6.01.01.04	Ativo fiscal diferido	-15.972	303.764
6.01.01.05	Variação cambial do permanente	-15	22
6.01.01.06	Despesas de juros com dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	263.460	430.202
6.01.01.07	Juros sobre capital próprios recebidos por efeito de recompra de ações próprias	353	6.224
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.594.210	7.909.861
6.01.02.01	Aumento/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	-905.660	1.431.015
6.01.02.02	Aumento/redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-3.147.061	-1.483.576
6.01.02.03	Aumento/redução em operações de créditos	-638.158	-663.950
6.01.02.04	Aumento/redução em outros créditos e outros valores	12.881.125	1.628.080
6.01.02.05	Aumento/redução em relações interfinanceiras	517.190	311.912
6.01.02.06	Aumento/redução em outras obrigações	-4.532.121	896.188
6.01.02.07	Aumento/redução em resultados de exercícios futuros	-7.925	-4.811
6.01.02.08	Aumento/redução em depósitos	1.690.403	1.490.538
6.01.02.09	Aumento/redução em captações no mercado aberto	1.066.277	4.182.827
6.01.02.10	Aumento/redução em obrigações por empréstimos e repasses	471.288	167.594
6.01.02.11	Aumento/redução em relações interdependentes	198.852	-45.956
6.01.03	Outros	477.551	872.633
6.01.03.01	Lucro líquido do período	477.551	872.633
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-217.490	629.664
6.02.02	Dividendos	97.867	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado e diferido	8.017	-73
6.02.04	Aquisição de intangível	-360	-32.849
6.02.06	Alienação de investimentos	-322.124	633.887
6.02.09	Alienação de imoblizado e diferido	-890	3.990
6.02.10	Alienação de intangível	0	24.709
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.033.336	-2.949.395
6.03.01	Aumento/redução em recursos de aceites e emissão de títulos	-112.226	-1.344.635
6.03.03	Dividas subordinadas	-274.605	-616.930
6.03.04	Juros sobre capital próprio	-608.622	-883.776
6.03.05	Aquisição de ações em tesouraria	-37.883	-104.054
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-353	-6.224
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.724.651	6.936.925
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.446.290	13.251.905
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.170.941	20.188.830

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	7.392.092	652.515	0	9.996.043	0	428.577	18.469.227
5.03	Saldo Ajustado	7.392.092	652.515	0	9.996.043	0	428.577	18.469.227
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	477.551	0	477.551
5.05	Destinações	0	0	0	0	353	-84.808	-84.455
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	353	-84.808	-84.455
5.05.03.01	Variação de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos Financeiros Disponíveis para a Venda	0	0	0	0	0	-84.808	-84.808
5.05.03.02	Juros Sobre Capital Própio de Recompra de Ações Própias	0	0	0	0	353	0	353
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	-507.935	0	331.521	-176.414
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	121.941	121.941
5.07.04	Efeito de Mudanças de práticas Contábeis Realizado por Investida	0	0	0	-507.935	0	0	-507.935
5.07.05	Variação de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Investimentos	0	0	0	0	0	209.580	209.580
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-37.883	0	0	-37.883
5.13	Saldo Final	7.392.092	652.515	0	9.450.225	477.904	675.290	18.648.026

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	7.220.526	652.515	0	9.759.957	0	39.756	17.672.754
5.03	Saldo Ajustado	7.220.526	652.515	0	9.759.957	0	39.756	17.672.754
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	872.633	0	872.633
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-164.191	-164.191
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	-162.202	-162.202
5.07.04	Ajustes de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	0	-3.339	-3.339
5.07.05	Ajuste de avaliação patrimonial - controladas em conjunto	0	0	0	0	0	1.350	1.350
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-104.054	0	0	-104.054
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	6.224	0	6.224
5.11.01	Juros sobre capital próprios recebidos por efeito de recompra de ações próprias	0	0	0	0	6.224	0	6.224
5.13	Saldo Final	7.220.526	652.515	0	9.655.903	878.857	-124.435	18.283.366

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	1.789.385	3.113.151
7.01.01	Intermediação Financeira	1.676.765	2.970.894
7.01.02	Prestação de Serviços	163.337	223.193
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	325	12.878
7.01.04	Outras	-51.042	-93.814
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.339.501	-1.771.626
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-159.368	-126.513
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.868	-1.397
7.03.02	Serviços de Terceiros	-157.500	-125.116
7.04	Valor Adicionado Bruto	290.516	1.215.012
7.05	Retenções	-7.785	-8.938
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.785	-8.938
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	282.731	1.206.074
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	351.542	268.764
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	351.542	268.764
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	634.273	1.474.838
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	634.273	1.474.838
7.09.01	Pessoal	135.593	206.611
7.09.01.01	Remuneração Direta	112.307	189.006
7.09.01.02	Benefícios	20.128	14.948
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.158	2.657
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.613	385.506
7.09.02.01	Federais	4.568	376.120
7.09.02.03	Municipais	6.045	9.386
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.517	10.088
7.09.03.01	Aluguéis	10.517	10.088
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	477.550	872.633
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-353	-6.224
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	477.903	878.857

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações Trimestrais Consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. (Banco) e suas controladas, relativos ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e no 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis no 11.638/07 e no 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

EVENTOS RECENTES

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2017 o Banco efetuou recompra de units, de acordo com o programa aprovado no valor de R$37.883, equivalente a 1.811.300 units. Em 31 de março de 2018 o Banco possui o montante de R$130.946 referente a ações em tesouraria.

Posteriormente a emissão das demonstrações contábeis do EFG Internacional (“EFG”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em 27 de fevereiro de 2018, o BTG Pactual tomou conhecimento da decisão da investida em ajustar suas demonstrações financeiras para refletir certas mudanças em suas práticas contábeis com efeitos de adoção prospectivos. Devido às mencionadas mudanças, o EFG reconheceu uma redução em seu patrimônio líquido correspondente a CHF493,9 milhões, que consequentemente gerou um efeito negativo reflexo no patrimônio líquido do BTG Pactual no montante de R$508,7 milhões a título de redução de Reserva Estatutária.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o EFG reconheceu um acréscimo em seu Patrimônio Líquido (Outros resultados abrangentes) equivalente a CHF203 milhões, correspondentes a ajustes acumulados de conversão e ganhos em planos de pensão. Os mencionados ajustes geraram um acréscimo no Patrimônio Líquido do BTG Pactual no montante de R$208 milhões durante o trimestre findo em 31 de março de 2018.

DESEMPENHO

O lucro líquido consolidado foi de R$600,3 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2018, uma redução de 17% em comparação com o mesmo período do exercício anterior. Os resultados para o trimestre foram adversamente afetados principalmente pelos resultados do nosso investimento na EFG, que contabilizou uma perda associada aos custos não recorrentes de integração. No entanto, os nossos negócios de franquia tiveram um desempenho sólido, especialmente em Asset and Wealth Management, que atingiu níveis recorde de NNM.

O saldo do total de ativos apresentou um aumento de 15%, de R$126,6 bilhões ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para R$146,3 bilhões ao final do trimestre findo em 31 de março de 2018, principalmente devido a um aumento em nossos ativos financiados por meio de acordos de recompra e nossas contas de liquidação pendente. Além disso, o nosso caixa e equivalentes de caixa aumentou 35,9% neste trimestre, e o nosso índice de alavancagem subiu para 7,8x em comparação a 6,8x no trimestre anterior.

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Comentário do Desempenho

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20 de abril de 2018, o Banco Pan S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital da companhia homologado pelo seu Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2018. Após o aumento de capital, o BTG Pactual passou a deter aproximadamente 577.662 ações de emissão do Banco Pan S.A., correspondentes a 50,6% do seu Capital Social.

A despeito da nova composição do capital social da companhia, o controle compartilhado do Banco Pan S.A. não foi alterado, de maneira que a Caixa Participações S.A. - CaixaPar e o BTG Pactual permanecem como co-controladores da companhia.

AGRADECIMENTOS

Firme no seu propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado, o Banco agradece seus clientes, colaboradores e parceiros de mercado pela confiança, dedicação e apoio continuados.

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. (''Banco'' ou "BTG Pactual") está constituído sob a forma de banco múltiplo, atuando em conjunto com suas controladas ("Grupo"), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, inclusive câmbio, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros e crédito imobiliário.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual.

O Banco possui *units* listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada *unit* emitida corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A do Banco.

Novo Programa de *units*

Em 14 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou dois novos programas de *units,* que poderão ser negociadas na B3 S.A., compostos exclusivamente por valores mobiliários de cada uma das Companhias sendo: (i) *units* a serem negociadas sob o *ticker* BPAC11, compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais Classe A de emissão do Banco e (ii) *units* a serem negociadas sob o *ticker* PPLA11, compostas por um *Brazilian Depositary Receipt* ("BDR") representativo de uma ação classe A e dois BDR's representativos cada, de uma ação classe B, de emissão da PPLA Participations LTD (anteriormente denominada BTG Pactual Participations Ltd).

Em agosto de 2017, com o objetivo de atender à determinação da B3 S.A. referente a permanência da cotação das *units* PPLA11 superior a R$1,00 (por *unit*), as Companhias analisaram potenciais estruturas para cumprir a regulamentação aplicável.

O Conselho de Administração das Companhias aprovou a migração automática dos titulares remanescentes de units BBTG11 para a estrutura de negociação segregada de cada uma das Companhias, ou seja, BPAC11 para os investidores no Banco e PPLA11 para os investidores na PPLA Participations LTD. Cada titular de uma unit BBTG11 ao final do pregão de 18 de agosto de 2017 passou a deter automaticamente, a partir do início do pregão de 21 de agosto de 2017, uma unit BPAC11 e uma unit PPLA11 para cada unit BBTG11 anteriormente por ele detida, sem qualquer outra alteração significativa para os acionistas.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Reorganizações societárias

Em 27 de outubro de 2017, o Conselho de Administração do Banco aprovou a incorporação da Thor Comercializadora de Energia S.A., sociedade cujo objetivo é a comercialização de energia, e a BTG Pactual Serviços Energéticos, sociedade que atua com a realização de serviços administrativos financeiros envolvendo a comercialização de energia. A incorporação das entidades foi concluída em 29 de março de 2018.

Em janeiro de 2017, os acionistas do Banco, aprovaram sem ressalvas, a incorporação da BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. pelo Banco. Em 31 de maio de 2017, a entidade foi incorporada pelo BTG Pactual.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como parte do processo de segregação das atividades de *commodities*, a Engelhart CTP adquiriu 10,62% de suas ações detidas pelo Banco após o processo de segregação. O valor total pago foi de US$251 milhões e o preço foi o equivalente ao valor contábil da companhia. Em 31 de março de 2018, o Grupo possui participação equivalente a 19,52% na Engelhart CTP (31 de dezembro de 2017 – 19,44%). Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, a Engelhart CTP não adquiriu ações detidas pelo Banco.

Aquisições e vendas

Posteriormente a emissão das demonstrações contábeis do EFG Internacional ("EFG") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em 27 de fevereiro de 2018, o BTG Pactual tomou conhecimento da decisão da investida em ajustar suas demonstrações financeiras para refletir certas mudanças em suas práticas contábeis com efeitos de adoção prospectivos. Devido às mencionadas mudanças, o EFG reconheceu uma redução em seu patrimônio líquido correspondente a CHF493,9 milhões, que consequentemente gerou um efeito negativo reflexo no patrimônio líquido do BTG Pactual no montante de R$508,7 milhões a título de redução de Reserva Estatutária.

Em 15 de março de 2017, o BTG Pactual recebeu uma notificação do EFG alegando ajustes pós fechamento no preço de compra, no âmbito dos documentos da alienação do BSI, no valor de aproximadamente CHF278 milhões em favor do EFG. Após uma análise detalhada de tais ajustes propostos e com base nas informações disponíveis até a presente data, o BTG Pactual, após levar em consideração as opiniões de seus assessores, concluiu que o ajuste apropriado em bases ponderadas pelo risco possa ser CHF95,7 milhões em favor do BTG Pactual. Em 17 de julho de 2017, após negociações com o EFG, o Banco concordou em devolver CHF89 milhões do montante anteriormente pago pelo EFG. A resolução desse tema inclui o montante de CHF95 milhões previamente imposto pela FINMA ao BSI.

Em novembro de 2017, o Banco Pan S.A. aprovou um aumento de capital no valor de R$400 milhões. A Caixa Participações S.A. - CaixaPar ("CaixaPar") atribuiu ao Banco seus direitos de subscrição do aumento de capital e entrou em opções de compra/venda sobre 50% do aumento de capital. O Acordo de Acionistas do Banco Pan S.A. não foi modificado, e dessa forma, CaixaPar e BTG Pactual permanecerão como co-controladores do Banco Pan S.A. O aumento de capital do Banco Pan S.A. foi homologado pelo seu Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2018.

Em 31 de outubro de 2017, a BW Properties S.A., através de sua subsidiária BW1 Morumbi Empreendimento Imobiliário Ltda., concluiu a venda da parcela remanescente do empreendimento WT Morumbi pelo montante total de R$231,8 milhões.

Em 5 de outubro de 2017, o Banco adquiriu a Novaportfólio, empresa que detém ativos NPL do Banco BVA S.A., em liquidação extrajudicial, pelo montante de R$211 milhões.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 2 de maio de 2018, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados do Banco. A Administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que o Banco e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional do Banco.

Os ativos e passivos de subsidiárias são convertidos como segue: (i) os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; (ii) as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal; (iii) os resultados de equivalência patrimonial de subsidiárias no exterior são reconhecidos da seguinte forma: Para aquelas com moeda funcional igual ao Real: resultado do período e para aquelas com moeda funcional diferente do Real: a) Resultado do período - parcela referente ao resultado efetivo da subsidiária; e b) Patrimônio Líquido - parcela relativa aos ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão, líquida dos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão distribuídos nas linhas de ajuste da avaliação patrimonial.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco são as seguintes:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos no BACEN remunerados, depósitos remunerados, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses, dívidas subordinadas e demais operações ativas e passivas.

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "*pro-rata dia*" com base na taxa efetiva das operações.

c. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias:

i.Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período.

ii.Títulos disponíveis para venda

Não se enquadram como negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

iii.Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Segundo a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de suas datas de vencimento.

d. Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado; e

- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.

- *Hedge* de Investimento Líquido em Operações no Exterior - É contabilizado de forma similar ao hedge de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

e. Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado.

As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou passivo. As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o prazo de fluência dos contratos.

Os ativos e passivos decorrentes das operações de swap e de termo de moedas – dos contratos a termo sem entrega física (NDF) – são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado ao valor de mercado, em contrapartida do resultado.

O valor nocional dos contratos é registrado em contas de compensação.

f. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios

Ativos financeiros permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos quando a mesma mantem os riscos e benefícios relacionados a esse ativo. Nesse caso um passivo financeiro é reconhecido.

h. Operações de crédito e outros créditos (operações com característica de concessão de crédito)

Registradas a valor presente, calculadas "*pro-rata dia*" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são classificadas como nível H; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento.

i. Provisão para operações de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

j. Investimentos

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

k. Conversão de Moedas Estrangeiras

Vide nota 3.

l. Ágio ou deságio

O ágio ou deságio são apurados com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido.

O ágio ou deságio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da entidade adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

O deságio é contabilizado no grupo de investimentos para coligadas e controladas em conjunto, e no resultado de exercícios futuros, para controladas.

m. Imobilizado de uso e ativo diferido

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. Os gastos diferidos correspondem, principalmente, a benfeitorias em imóveis de terceiros. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação.

n. Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008. Está composto por (i) ágio pago na aquisição de sociedades, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida ou pela consolidação da companhia, e (ii) por direitos na aquisição de contratos de gestão de ativos, e (iii) softwares e benfeitorias. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios.

o. Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício.

Os ativos sujeitos a avaliação da redução do valor recuperável são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor entre o valor em uso e valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros, taxas de descontos, iliquidez, entre outros.

p. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e de 20% para contribuição social das companhias financeiras.

q. Ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

São efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

i. Contingências ativas

Não são reconhecidas nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

ii. Contingências passivas

São reconhecidas nas informações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

r. Lucro por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

s. Reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

5. Gerenciamento de risco

Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, avalia politicas, limites e monitoramento de risco; (iii) Comitê de capital e risco, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso *Chief Risk Officer* ("CRO"); (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de *Anti Money Laundry* ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) *Chief Financial Officer* ("CFO"), que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis.

O Banco monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

a. Limites operacionais

	31/03/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	18.648.026	18.469.227
Nível I	13.662.743	14.773.238
Capital Principal	10.678.516	11.752.635
Capital Complementar	2.984.227	3.020.603
Nível II	2.294.593	2.369.416
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	15.957.336	17.142.654
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	8.428.245	8.787.351
Exposição total ponderada pelo risco (RWA) – (b)	97.718.787	94.998.390
Risco de Crédito	55.862.368	56.089.429
Risco Operacional	9.308.512	4.615.858
Risco de Mercado	32.547.907	34.293.103
Índice de Basiléia - (a/b)	16,3%	18,0%
Capital de Nível I	14,0%	15,5%
Capital de Nível II	2,3%	2,5%
Índice de consumo de Imobilização	60,3%	61,6%
Limite para imobilização (LI)	7.969.853	8.562.702
Situação para o limite de imobilização	4.807.284	5.272.947
Valor da margem ou insuficiência	3.162.569	3.289.755

As Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referencia, de nível I e de Capital Principal e a resolução nº 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nº 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nº 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e da Carta-Circular nº 3.498/11 para risco de mercado, e das Circulares nº 3.640/13 e 3.675/13 para risco operacional.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

No trimestre findo em 31 março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.

b. Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. Nós usamos simulação histórica com total re-mensuração dos instrumentos para o cálculo do VAR, preservando as distribuições reais e correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (*Greek aproximations*) e distribuições normais. Nosso VaR pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testado através de testes (*back-testing*) diários que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95% significa que existe uma possibilidade de um em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Deficiências em um único dia podem exceder o VaR apresentado por montantes significantes; e também podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. Além disso, o VaR calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas com hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos teste de estresse como um complemento do VaR em nossas atividades diárias de risco.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco para os trimestres findos em:

Em R$ milhões	**Março de 2018**	**Dezembro de 2017**	**Março de 2017**
Média diária do VaR	105,5	120,3	117,0

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco e suas controladas são estabelecidos pelo área de Risco de Crédito e são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição total do Banco e suas controladas ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outras.

d. Risco de liquidez

O Banco e suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos através de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Além disso, eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

e. Risco operacional

Alinhado às orientações do BACEN e aos conceitos do comitê de Basiléia, o Banco definiu uma política de gerenciamento de risco operacional aplicável ao Banco e as suas controladas no Brasil e no exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento do risco à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Banco e suas controladas têm uma forte cultura de gestão de risco operacional, que se baseia na avaliação, monitoramento, simulação e validação dos riscos e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências dos órgãos reguladores, adaptação rápida a mudanças e antecipação a tendências futuras, entre as quais podemos destacar as propostas no Novo Acordo de Capital da Basiléia.

6. Disponibilidades

O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos no exterior em bancos de primeira linha.

7. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/03/2018					31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	41.148.085	34.891.741	1.203.426	4.994.190	58.728	31.265.102
Posição bancada	8.831.356	6.435.071	675.328	1.720.957	-	2.030.139
Títulos públicos federais	8.429.589	6.033.304	675.328	1.720.957	-	1.978.842
Títulos corporativos	401.767	401.767	-	-	-	51.297
Posição financiada	25.899.927	23.274.783	260.287	2.351.507	13.350	24.054.958
Títulos públicos federais	25.837.466	23.212.322	260.287	2.351.507	13.350	23.906.303
Títulos corporativos	62.461	62.461	-	-	-	148.655
Posição vendida	6.416.802	5.181.887	267.811	921.726	45.378	5.180.005
Títulos públicos federais	6.416.802	5.181.887	267.811	921.726	45.378	5.180.005
Aplicações em depósitos interfinanceiros (*)	1.211.230	1.192.139	19.091	-	-	1.302.441
Certificado de Depósito Interbancário	339.786	320.695	19.091	-	-	628.155
Aplicações em moeda estrangeira - *overnight*	871.444	871.444	-	-	-	674.286
Total	42.359.315	36.083.880	1.222.517	4.994.190	58.728	32.567.543

(*) O saldo refere-se, basicamente, a depósitos interfinanceiros em bancos de primeira linha.

Em 31 de março de 2018, o valor de lastro recebido nas operações compromissadas montavam a R$42.069.047 (31 de dezembro de 2017 - R$31.955.378), e os lastros cedidos montavam a R$34.868.472 (31 de dezembro de 2017 - R$34.415.417).

8. Títulos e valores mobiliários

a. Resumo por tipo de carteira

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel e prazo de vencimento contratual da carteira de títulos e valores mobiliários:

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Carteira própria	20.643.168	20.308.196	836.439	366.475	793.089	119.142	18.193.051	17.185.456
Títulos públicos federais	892.253	892.499	725.768	42.573	41.478	78.702	3.978	98.092
Títulos da dívida externa brasileira	7.004	7.040	-	-	-	410	6.630	-
Debêntures/Eurobonds (i)	755.675	414.853	-	-	414.853	-	-	457.646
Certificado de recebíveis imobiliários	317.125	283.843	-	-	283.843	-	-	352.536
Quotas de fundos de investimento								
Multimercado	10.344.486	10.385.770	-	41.284	-	-	10.344.486	3.835.566
Ações	47.861	35.019	-	-	-	-	35.019	-
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	481.073	481.073	-	-	-	-	481.073	380.703
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	775.554	775.554	-	-	-	-	775.554	4.251.668
Fundos de Investimento Imobiliário (FII)	95.363	95.363	-	-	-	-	95.363	90.262
Ações	6.378.360	6.398.841	-	247.179	-	-	6.151.662	6.748.082
Outros	32.597	15.557	-	-	15.059	-	498	385.618
Títulos privados no exterior	332.577	341.311	-	8.294	34.253	14.700	284.064	256.427
Títulos emitidos por governos de outros países	183.240	181.473	110.671	27.145	3.603	25.330	14.724	328.856

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	308.416	312.650	-	3.437	269.928	7.856	31.429	144.227
Títulos públicos federais	308.416	312.650	-	3.437	269.928	7.856	31.429	144.227
Vinculados a compromissos de recompra	2.007.030	1.951.294	-	396.140	1.005.513	15.761	533.880	3.720.777
Títulos públicos federais	573.046	575.218	-	385.918	47.560	2.810	138.930	2.722.577
Títulos da dívida externa brasileira	187.755	185.543	-	-	-	-	185.543	-
Debêntures / Eurobonds (i)	842.083	778.401	-	-	778.401	-	-	743.001
Certificado de recebíveis imobiliários	28.934	25.992	-	-	25.992	-	-	-
Títulos privados no exterior	244.213	241.456	-	10.222	40.337	12.951	177.946	147.327
Títulos emitidos por governos de outros países	99.321	114.334	-	-	82.873	-	31.461	107.872
Outros	31.678	30.350	-	-	30.350	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	768.762	781.940	-	44.328	248.214	71.678	417.720	696.733
Títulos públicos federais	377.249	377.270	-	44.328	236.404	71.678	24.860	307.399
Quotas de fundos de investimento								
Multimercado	30.801	30.801	-	-	-	-	30.801	30.322
Certificado de crédito bancário	-	-	-	-	-	-	-	54.578
Certificado de recebíveis imobiliários	11.810	11.810	-	-	11.810	-	-	14.463
Ações	348.902	362.059	-	-	-	-	362.059	289.971
Títulos para negociação	21.604.952	21.636.667	836.439	810.380	932.772	214.437	18.842.639	20.033.432
Titulos disponiveis para venda	2.122.424	1.717.413	-	-	1.383.972	-	333.441	1.713.761
Total	**23.727.376**	**23.354.080**	**836.439**	**810.380**	**2.316.744**	**214.437**	**19.176.080**	**21.747.193**

(i) Substancialmente títulos de emissão de companhias brasileiras.

b. Títulos para negociação

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Carteira própria	19.405.438	19.411.795	836.439	366.475	199.328	119.142	17.890.411	16.259.481
Títulos públicos federais	892.253	892.499	725.768	42.573	41.478	78.702	3.978	98.092
Títulos da dívida externa brasileira	7.004	7.040	-	-	-	410	6.630	-
Debêntures/Eurobonds	98.521	100.289	-	-	100.289	-	-	185.504
Certificado de recebíveis imobiliários	30.635	4.646	-	-	4.646	-	-	44.412
Quotas de fundos de investimento								
Multimercado	10.344.486	10.385.770	-	41.284	-	-	10.344.486	3.835.566
Ações	47.861	35.019	-	-	-	-	35.019	-
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	481.073	481.073	-	-	-	-	481.073	380.703
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	660.210	660.210	-	-	-	-	660.210	4.082.937
Fundos de Investimento Imobiliário (FII)	95.363	95.363	-	-	-	-	95.363	90.262
Ações	6.378.360	6.398.841	-	247.179	-	-	6.151.662	6.748.082
Outros	31.678	15.059	-	-	15.059	-	-	385.618
Títulos privados no exterior	154.754	154.513	-	8.294	34.253	14.700	97.266	79.449
Títulos emitidos por governos de outros países	183.240	181.473	110.671	27.145	3.603	25.330	14.724	328.856
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	308.416	312.650	-	3.437	269.928	7.856	31.429	144.227
Títulos públicos federais	308.416	312.650	-	3.437	269.928	7.856	31.429	144.227
Vinculados a compromissos de recompra	1.164.947	1.172.893	-	396.140	227.112	15.761	533.880	2.977.776
Títulos públicos federais	573.046	575.218	-	385.918	47.560	2.810	138.930	2.722.577
Títulos da dívida externa brasileira	187.755	185.543	-	-	-	-	185.543	-
Certificado de recebíveis imobiliários	28.934	25.992	-	-	25.992	-	-	-
Títulos privados no exterior	244.213	241.456	-	10.222	40.337	12.951	177.946	147.327
Títulos emitidos por governos de outros países	99.321	114.334	-	-	82.873	-	31.461	107.872
Outros	31.678	30.350	-	-	30.350	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	726.151	739.329	-	44.328	236.404	71.678	386.919	651.948
Títulos públicos federais	377.249	377.270	-	44.328	236.404	71.678	24.860	307.399
Certificado de crédito bancário	-	-	-	-	-	-	-	54.578
Ações	348.902	362.059	-	-	-	-	362.059	289.971
Total	**21.604.952**	**21.636.667**	**836.439**	**810.380**	**932.772**	**214.437**	**18.842.639**	**20.033.432**

c. Títulos disponíveis para venda

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil
Carteira própria	1.237.730	896.401	-	-	593.761	-	302.640	925.975
Debêntures	657.154	314.564	-	-	314.564	-	-	272.142
Certificado de recebíveis imobiliários	286.490	279.197	-	-	279.197	-	-	308.124
Títulos privados no exterior	177.823	186.798	-	-	-	-	186.798	176.978
Outros	919	498	-	-	-	-	498	-
Quotas de fundos de investimento								
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	115.344	115.344	-	-	-	-	115.344	168.731
Vinculados a compromissos de recompra	842.083	778.401	-	-	778.401	-	-	743.001
Debêntures	842.083	778.401	-	-	778.401	-	-	743.001
Vinculados à prestação de garantias	42.611	42.611	-	-	11.810	-	30.801	44.785
Quotas de fundos de investimento								
Multimercado	30.801	30.801	-	-	-	-	30.801	30.322
Certificado de recebíveis imobiliários	11.810	11.810	-	-	11.810	-	-	14.463
Total	**2.122.424**	**1.717.413**	**-**	**-**	**1.383.972**	**-**	**333.441**	**1.713.761**

d. Reclassificação de títulos e valores mobiliários

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. No trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

9. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Certos instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, estabelecimento de estratégias, determinação de limites, entre outras técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são determinados pelo Comitê/áreas de Riscos e por tipos de instrumento e concentração de contraparte, entre outros.

As operações no Brasil são negociadas, registradas ou custodiadas na B3 S.A. e quando realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Grupo utiliza diferentes instrumentos financeiros para *hedge* econômico tais como opção, termo, futuro e *swap* com ajuste periódico. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de *hedge* das posições da tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira, sempre que os Comitês/áreas de monitoramento de riscos julguem necessário.

No trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge contábil.

a. Registrados em contas de compensação e patrimoniais

Os valores nocionais das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais. As posições assumidas decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, demonstradas a seguir, consideram as disposições da Circular BACEN nº 3.641/13, que determina a exclusão dos contratos em moeda, ouro e outros ativos vinculados à exposição cambial, vincendos no primeiro dia útil subsequente à data da apuração da exposição cambial. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de *Swap*, *Non-Deliverable Forward* (NDF) e *Deliverable Forward* (DF) no quadro abaixo.

	31/03/2018				31/12/2017
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	133.049	1.620.436	1.615	1.755.100	-
Outros	133.049	1.620.436	1.615	1.755.100	-
Posição vendida	677.626	818.654	1.617.232	3.113.512	-
Outros	677.626	818.654	1.617.232	3.113.512	-
Swap					
Posição ativa	15.392.712	13.888.809	74.343.096	103.624.617	170.377.175
Moeda	2.664.474	442.486	2.802.080	5.909.040	4.790.408
Taxa de juros	9.911.732	12.962.301	67.540.978	90.415.011	154.142.924
Commodities	18.487	18.207	-	36.694	21.680
Índices	1.327.935	90.001	2.999.958	4.417.894	6.776.035
Ação	398.224	366.594	753.703	1.518.521	571.157
Outros	1.071.860	9.220	246.377	1.327.457	4.074.971
Posição passiva	15.392.712	13.888.809	74.343.096	103.624.617	170.377.175
Moeda	2.341.014	47.610	1.309.718	3.698.342	4.790.406
Taxa de juros	9.746.324	12.890.914	67.753.520	90.390.758	157.297.074
Índices	2.473.508	402.036	4.344.638	7.220.182	6.805.004
Commodities	19.187	18.680	-	37.867	19.980
Ação	307.332	383.491	327.263	1.018.086	568.020
Outros	505.347	146.078	607.957	1.259.382	896.691
Derivativos de crédito					
Posição ativa	648.141	39.221	2.045.965	2.733.327	138.274
Soberano	631.522	-	1.962.870	2.594.392	-
Corporativo	16.619	39.221	83.095	138.935	138.274
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	83.366.707	18.374.425	5.117.691	106.858.823	102.782.116
Moeda	78.794.363	15.997.382	404.009	95.195.754	73.374.617
Commodities	2.411.816	2.184.725	4.713.682	9.310.223	27.434.820
Taxa de juros	2.160.528	192.318	-	2.352.846	1.972.679
Posição passiva	83.366.707	18.374.425	5.117.691	106.858.823	102.782.116
Moeda	77.877.197	15.986.856	344.540	94.208.593	73.374.617
Taxa de juros	3.073.267	195.252	59.469	3.327.988	1.972.679
Commodities	2.411.816	2.184.725	4.713.682	9.310.223	27.434.820
Outros	4.427	7.592	-	12.019	-

	31/03/2018				31/12/2017
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Contratos a termo - DF					
Posição ativa	11.778.627	883.003	101.984	12.763.614	10.013.991
Moeda	11.778.627	883.003	101.984	12.763.614	10.013.991
Posição passiva	11.778.627	883.003	101.984	12.763.614	10.013.991
Moeda	11.778.627	883.003	101.984	12.763.614	10.013.991
Operações a termo					
Posição ativa	2.840.866	-	-	2.840.866	1.037.415
Taxa de juros	1.191.467	-	-	1.191.467	716.003
Título público	1.649.399	-	-	1.649.399	321.412
Posição passiva	2.840.866	-	-	2.840.866	1.037.415
Título público	1.191.467	-	-	1.191.467	716.003
Taxa de juros	1.649.399	-	-	1.649.399	321.412
Opções					
Posição ativa					
Compra de opção de compra	36.590.043	24.751.075	71.565.321	132.906.439	210.034.869
Ação	129.992	264.140	-	394.132	665.583
Corporativo	-	-	1.246	1.246	2.492
Índices	1.007.254	8.413	42.160	1.057.827	1.211.119
Moeda	23.330.812	24.478.522	71.521.915	119.331.249	208.155.675
Taxa de juros	12.121.985	-	-	12.121.985	-
Compra de opção de venda	17.288.820	19.216.616	108.646.284	145.151.720	264.929.207
Ação	18.629	88.081	-	106.710	228.682
Corporativo	-	-	-	-	224.922
Índices	-	8.219	42.160	50.379	244.493
Moeda	12.166.236	14.016.361	108.604.124	134.786.721	239.160.215
Taxa de juros	5.103.955	5.103.955	-	10.207.910	25.070.895
Posição passiva					
Venda de opção de compra	20.403.984	10.567.213	108.683.100	139.654.297	234.965.087
Ação	18.929	15.283	30.747	64.959	134.748
Índices	222.250	99.580	48.229	370.059	1.746.045
Moeda	8.609.190	10.452.350	108.604.124	127.665.664	233.084.294
Taxa de juros	11.553.615	-	-	11.553.615	-
Venda de opção de venda	25.020.038	32.338.274	71.522.231	128.880.543	229.557.958
Ação	21.408	266	-	21.674	185.692
Índices	58.494	8.340	316	67.150	82.645
Moeda	19.452.698	27.225.713	71.521.915	118.200.326	204.230.929
Taxa de juros	5.487.438	5.103.955	-	10.591.393	25.058.692

b. Por valor de custo e mercado

	31/03/2018					31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Swaps						
Posição ativa	408.499	831.504	150.825	169.027	511.652	1.194.383
Posição passiva	534.873	1.564.025	240.718	116.231	1.207.076	1.775.867
Derivativos de crédito						
Posição ativa	198.083	128.891	4.945	777	123.169	99.152
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	2.426.466	4.244.828	2.118.075	1.021.348	1.105.405	3.941.913
Posição passiva	2.365.426	3.426.671	2.804.401	422.756	199.514	4.100.455
Contratos a termo - DF						
Posição ativa	7.851.212	7.851.835	7.273.069	554.884	23.882	9.779.066
Posição passiva	7.787.292	7.787.257	7.213.105	550.569	23.583	9.834.202
Operações a termo						
Posição ativa	-	2.841.362	2.841.362	-	-	521.056
Posição passiva	-	2.841.326	2.841.326	-	-	518.539
Mercado de opções						
Posição ativa	27.196.486	23.048.769	1.147.044	1.255.259	20.646.466	22.034.905
Posição passiva	26.711.843	25.761.159	5.592.214	6.922.002	13.246.943	25.230.027
Posição ativa	**38.080.746**	**38.947.189**	**13.535.320**	**3.001.295**	**22.410.574**	**37.570.475**
Posição passiva	**37.399.435**	**41.380.438**	**18.691.764**	**8.011.558**	**14.677.116**	**41.459.090**

c. Valor nocional por contraparte

	31/03/2018					31/12/2017
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras (i)	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	-	1.755.100	-	-	1.755.100	-
Posição vendida	-	3.113.512	-	-	3.113.512	-
Swap						
Posição ativa	1.165.556	100.343.642	2.098.517	16.902	103.624.617	170.377.175
Posição passiva	1.165.556	100.343.642	2.098.517	16.902	103.624.617	170.377.175
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	2.733.327	-	-	2.733.327	138.274
Posição passiva	-	-	-	-	-	-

	31/03/2018					31/12/2017
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras (i)	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	96.389.714	10.318.683	150.426	106.858.823	102.782.116
Posição passiva	-	96.389.714	10.318.683	150.426	106.858.823	102.782.116
Contratos a termo - DF						
Posição ativa	-	12.763.614	-	-	12.763.614	10.013.991
Posição passiva	-	12.763.614	-	-	12.763.614	10.013.991
Operações a Termo						
Posição ativa	-	2.840.866	-	-	2.840.866	1.037.415
Posição passiva	-	2.840.866	-	-	2.840.866	1.037.415
Mercado de opções						
Posição ativa	-	278.056.603	1.246	310	278.058.159	474.964.076
Posição passiva	311.100	268.189.281	-	34.459	268.534.840	464.523.045
Posição ativa	**1.165.556**	**494.882.866**	**12.418.446**	**167.638**	**508.634.506**	**759.313.047**
Posição passiva	**1.476.656**	**483.640.629**	**12.417.200**	**201.787**	**497.736.272**	**748.733.742**

(i) Incluem fundos de investimento.

d. Derivativos de crédito

	31/03/2018	31/12/2017
Swap de crédito		
Risco transferido		
Soberano	2.594.392	-
Corporativo	138.935	138.274
	2.733.327	138.274

No trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

De acordo com resoluções do CMN, o efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em 31 de março de 2018 é de R$249.585 (31 de dezembro de 2017 – R$200.725).

e. Margens dadas em garantia

A margem de garantia dada em operações negociadas na B3 S.A. e outras bolsas de valores com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e outros no montante de R$11.810 (31 de dezembro de 2017 – R$263.185), e ações no montante de R$362.059 (31 de dezembro de 2017 – R$289.971).

f. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- *Swaps*: seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, swaps de taxas de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc).

- Futuros e Termos: cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos ao acima descritos para *swaps*.

- Opções: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como *Black & Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos estes dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de *brokers* e corretoras, *Bloomberg*, *Reuters*).

- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados de mercado que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de mercado, Bloomberg, Reuters).

- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais da Companhia têm. As ações são calculadas com base nos preços fornecidos pela B3 S.A. As cotas de fundos são valorizadas considerando preços das cotas divulgadas pelos administradores.

- Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

10.Operações de crédito

As operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Essa classificação leva em consideração entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

A provisão para operações de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução.

As operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito podem ser assim demonstradas:

a. Operações de crédito

i.Por modalidade de crédito

Modalidade de crédito	31/03/2018		31/12/2017	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Empréstimos	10.073.087	(679.254)	9.012.463	(578.790)
Financiamentos	841.343	(98.147)	874.443	(93.952)
FINAME/BNDES	2.838.279	(14.042)	2.817.560	(13.915)
Créditos cedidos com coobrigação (i)	128.227	-	433.527	-
Total	13.880.936	(791.443)	13.137.993	(686.657)

(i) Refere-se a créditos cedidos como lastro, vinculadas a operações compromissadas.

ii.Por nível de risco e prazo de vencimento

Nível de risco	31/03/2018						31/12/2017	
		A vencer						
	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	19.307	1.787.549	91.427	4.619.593	6.517.876	-	5.888.836	-
A	3.632	2.549.145	169.055	71.818	2.793.650	(14.521)	2.742.250	(13.714)
B	12.527	94.794	132.419	579.191	818.931	(7.637)	1.115.228	(11.169)
C	64.404	3.536	171.124	866.117	1.105.181	(61.154)	1.111.945	(55.352)
D	31.242	974.346	15.029	794.719	1.815.336	(252.690)	1.596.146	(200.944)
E	45.651	38.468	20.086	90.595	194.800	(58.440)	60.986	(18.530)
F	383.832	3.247	134.053	10.823	531.955	(305.845)	561.881	(326.516)
G	9.372	11.550	11.550	7.700	40.172	(28.121)	964	(675)
H	12.955	400	400	49.280	63.035	(63.035)	59.757	(59.757)
Total	582.922	5.463.035	745.143	7.089.836	13.880.936	(791.443)	13.137.993	(686.657)

iii.Por setor de atividade

Setor	31/03/2018	31/12/2017
Comércio	414.950	415.591
Indústria	2.433.877	2.276.095
Serviços	10.379.191	9.689.040
Rural	222.389	318.936
Pessoas físicas	430.529	438.331
Total	13.880.936	13.137.993

b. Outros créditos – com característica de concessão de crédito

Composto, exclusivamente por títulos e créditos a receber, referentes a operações de aquisição de direitos creditórios e operações de recebíveis cedidos, podem ser assim demonstradas:

i.Por nível de risco e faixa de vencimento

	31/03/2018						31/12/2017	
		A vencer						
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	4.313	-
C	-	54.283	-	-	54.283	(1.628)	51.622	(1.549)
F	-	21.134	-	-	21.134	(10.567)	20.547	(10.273)
Total	-	75.417	-	-	75.417	(12.195)	76.482	(11.822)

ii.Por setor de atividade

Setor	31/03/2018	31/12/2017
Serviços	75.417	76.482
Total	75.417	76.482

c. Adiantamento de contrato de câmbio

i.Por nível de risco e faixa de vencimento

	31/03/2018						31/12/2017	
		A vencer						
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	27.487	-	-	27.487	-	28.602	-
B	-	149.544	166.160	-	315.704	(3.199)	113.765	(1.173)
C	33.232	20.462	26.434	-	80.128	(3.112)	124.445	(4.836)
D	-	27.084	3.344	-	30.428	(6.027)	30.074	(5.869)
Total	33.232	224.577	195.938	-	453.747	(12.338)	296.886	(11.878)

ii.Por setor de atividade

Setor	31/03/2018	31/12/2017
Indústria	426.260	126.682
Serviços	-	170.204
Rural	27.487	-
Total	453.747	296.886

d. Concentração de risco de crédito

	31/03/2018	%	31/12/2017	%
Maiores devedores				
10 maiores devedores	8.114.058	56%	7.269.070	54%
20 seguintes maiores devedores	2.085.348	14%	2.194.728	16%
50 seguintes maiores devedores	1.969.125	14%	1.967.738	15%
100 seguintes maiores devedores	1.542.948	11%	1.439.520	11%
200 seguintes maiores devedores	654.068	5%	589.070	4%
500 seguintes maiores devedores	44.553	0%	51.235	0%
Total	14.410.100	100%	13.511.361	100%

e. Provisão

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos com característica de crédito durante os trimestres foi a seguinte:

	31/03/2018	31/03/2017
Saldos iniciais	(972.212)	(784.574)
Reversão/(constituição) de provisão	325	(16.680)
Renegociação de créditos baixados para prejuízo	(29.197)	(369.084)
Variação cambial de saldo	(40)	(79.177)
Provisões para garantias prestadas	(1.014)	(10.892)
Créditos baixados para prejuízo	5.819	7.591
Saldos finais	(996.319)	(1.252.816)
Composição dos saldos finais		
Provisão para operações de crédito	(791.443)	(1.005.256)
Provisão para outros créditos (Nota 10 (b))	(12.195)	(12.507)
Provisão para adiantamento de contrato de câmbio (Nota 10 (c))	(12.338)	(30.819)
Provisão para perdas em fianças (Nota 16 (c))	(180.343)	(204.234)
	(996.319)	(1.252.816)

f. Renegociação e recuperação de créditos baixados para prejuízo

Na carteira de crédito houve R$130.050 referente a renegociações no trimestre findo em 31 de março de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R$1.692.486). No trimestre findo em 31 de março de 2018 houve R$2.717 referente à recuperação de créditos baixados para prejuízo (31 de dezembro de 2017 – R$118.526).

11.Outros créditos/outras obrigações

a. Carteira de câmbio

	31/03/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio comprado/vendido a liquidar	3.878.444	5.952.801	775.001	11.147.683
Direitos sobre venda de câmbio	5.979.255	-	11.129.102	-
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 10 (c))	7.805	(445.942)	2.897	(293.989)
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(366)	-	-	-
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(543)	-	(36)	-
Obrigações por compra de câmbio	-	3.883.685	-	766.681
Total	9.864.595	9.390.544	11.906.964	11.620.375
Circulante	9.864.595	9.390.544	11.906.964	11.620.375
Longo prazo	-	-	-	-

As garantias oferecidas em operações de câmbio realizadas com intermediação da B3 S.A., estão representadas por títulos públicos federais no montante de R$408.071 (31 de dezembro de 2017 - R$143.577).

b. Negociação e intermediação de valores

	31/03/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registros e liquidação	677.138	369.983	360.512	239.044
Corretagens e comissões a pagar	-	19	-	203
Devedores/credores - conta liquidações pendentes	2.044.371	763.766	2.100.781	701.705
Aplicações interfinanceiras de terceiros a liquidar	-	7.402	-	62
Credores por empréstimos de ações	-	-	-	868
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	322.750	1.706.659	153.680	984.267
Total	3.044.259	2.847.829	2.614.973	1.926.149
Circulante	3.044.259	2.847.829	2.614.973	1.926.149
Longo prazo	-	-	-	-

A rubrica "Liquidação pendentes" representa, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3 S.A., e, quando no exterior, em corretoras de primeira linha, por conta própria e de terceiros.

A rubrica "Outras obrigações para negociação e intermediação de valores" representa, basicamente, no ativo por valores a receber decorrentes da liquidação de ativos financeiros a prazo, e no passivo, representados por obrigações por operações de vendas de títulos emitidos por governos de outros países, a serem liquidadas dentro do prazo regulamentar.

12. Outros créditos

a. Rendas a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Dividendos e bonificações	117.038	106.137
Serviços prestados a receber	3.673	18.639
Direitos sobre venda de energia	1.535.068	1.925.051
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	3.763	4.022
Taxa de distribuição	5.191	4.330
Comissões de fianças	26.569	26.296
Total	1.691.302	2.084.475
Circulante	1.691.302	2.084.475
Longo prazo	-	-

b. Diversos

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo fiscal diferido - IR / CS (Nota 18)	3.866.535	3.885.341
Ativo fiscal diferido - Outros	184.078	209.296
Devedores diversos - país (i)	856.794	9.662.073
Depósitos judiciais	1.034.217	1.024.705
Impostos a compensar	222.674	2.170.858
Títulos e créditos a receber		
Com característica de concessão de crédito (Nota 10(b))	75.417	76.482
Sem característica de concessão de crédito (ii)	123.814	122.380
Adiantamentos a fornecedores	2.146	108.237
Outros	65.911	201.419
Total	6.431.586	17.460.791
Circulante	750.871	10.723.864
Longo prazo	5.680.715	6.736.927

(i) A rubrica refere-se, entre outros, a valores a receber referente a alienação de investimentos.
(ii) Em 31 de março de 2018, esta rubrica possuia o valor de R$22.771 (31 de dezembro de 2017 – R$94.280), referente a provisão para perdas, registrado em "Outros créditos – Provisão para perdas em outros créditos".

13.Participações em controladas, coligadas e controle compartilhado

	Controladas, coligadas e empresas com controle compartilhado					
	Patrimônio líquido		Lucro líquido / (Prejuízo)		Participação direta	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/12/2017
No país						
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	375.447	2.016	12.757	13.297	99,99%	99,99%
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	373.589	923.800	16.803	12.646	99,99%	99,99%
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	52.783	222.496	1.577	2.880	99,99%	99,99%
BTG Pactual Holding Participações S.A.	985	1.256	1	2	99,99%	99,99%
BTG Pactual Holding Internacional S.A. (ii)	8.169.019	8.202.154	287.254	143.635	99,99%	99,99%
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	(5.841)	0,00%	0,00%
BW Properties S.A.	475.322	470.892	(6.516)	(17.026)	42,72%	45,87%
Warehouse 1 Empreendimentos Imobiliários S.A.	35.380	34.337	667	-	35,00%	35,00%
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	744.654	773.067	24.460	11.552	99,99%	99,99%
TTG Participações Holding	-	84.778	-	2.448	0,00%	99,99%
Pan Corretora S.A.	49.545	54.486	3.063	3.880	51,00%	51,00%
Banco Sistema S.A.	867.421	821.840	46.947	151.000	99,91%	99,91%
BTGP Corretora de Seguros S.A.	5.924	24.121	3.803	3.089	99,99%	99,99%
BTG Pactual Corretora de Resseguros Ltda.	4.497	12.002	2.495	1.395	99,99%	99,99%
Controle compartilhado no país						
Banco Pan S.A.	3.758.292	3.323.905	34.429	3.669	50,59%	40,35%
No exterior						
BTG Pactual Overseas Corporation	25.298	25.252	(73)	(27)	99,99%	99,99%
BTG Pactual Chile Internacional Ltd.	57.099	56.232	584	(4.621)	99,99%	99,99%
Banco BTG Pactual Luxembourg S.A.	315.934	330.340	(15.434)	(21)	99,99%	99,99%
BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa	151.094	135.777	2.996	1.089	99,99%	99,99%
BSI Limited (i)	1.396.306	1.826.303	(40.774)	(31.822)	100,00%	100,00%

(i) Refere-se ao veiculo utilizado pelo Banco para investir no EFG.
(ii) A diferença entre o patrimônio da BTG Pactual Holding Internacional S.A. e o investimento, refere-se a transferência de ações de companhias fechadas.

		Movimentação dos investimentos							
	31/12/2017	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação (iv)	Efeito de mudanças de práticas contábeis realizado por investida	Variação Cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	31/03/2018	Resultado de Participação de 31/03/2017
Controladas e coligadas - no país									
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	364.161	-	-	12.757	(1.473)	-	-	375.445	13.297
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	357.220	-	-	16.803	(433)	-	-	373.590	12.646
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	50.528	-	-	1.577	679	-	-	52.784	2.880
BTG Pactual Holding Participações S.A.	914	-	-	1	-	68	-	983	2
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	4.707.838	(68.938)	-	287.254	-	58.608	(24)	4.984.738	145.119
BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.841)
BW Properties S.A.	210.148	-	-	(7.086)	-	-	-	203.062	(15.598)
Ágio – BW Properties S.A.	2.322	-	-	-	-	-	-	2.322	-
Warehouse 1 Empreendimentos Imobiliários S.A.	12.017	-	-	365	-	-	-	12.382	-
TTG Participações Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	2.450
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	773.067	-	(53.116)	24.460	-	-	244	744.655	11.553
BTGP Corretora de Seguros S.A.	24.120	-	(22.000)	3.803	-	-	-	5.923	3.089
Pan Corretora S.A.	27.787	-	(4.084)	1.564	-	-	-	25.267	1.979
Banco Sistema S.A.	821.084	-	-	46.900	(1.367)	-	-	866.617	150.861
BTG Pactual Corretora de Resseguros Ltda.	12.002	-	(10.000)	2.495	-	-	-	4.497	1.395
Outros	19.740	9.863	-	(1.598)	-	-	-	28.005	-
	7.382.948	**(59.075)**	**(89.200)**	**389.295**	**(2.594)**	**58.676**	**220**	**7.680.270**	**323.832**
Controle compartilhado no país									
Banco Pan S.A.	1.341.299	542.698	(8.667)	25.191	-	-	(22)	1.900.499	1.480
Deságio - Pan S.A.	(111.344)	(161.499)	-	-	-	-	-	(272.843)	-
	1.229.955	**381.199**	**(8.667)**	**25.191**	**-**	**-**	**(22)**	**1.627.656**	**1.480**
Total	**8.612.903**	**322.124**	**(97.867)**	**414.486**	**(2.594)**	**58.676**	**198**	**9.307.926**	**325.312**
No exterior									
Pactual Overseas Corporation (ii)	25.253	-	-	(73)	-	118	-	25.298	(27)
BTG Pactual Chile Internacional Ltd. (ii)	56.233	-	-	584	-	283	-	57.100	(4.621)
Banco BTG Pactual Luxembourg S.A. (ii)	330.339	-	-	(15.434)	-	1.029	-	315.934	(16)
BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa (ii)	128.310	-	-	2.832	-	10.615	1.027	142.784	(352)
Ágio - BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.026)
Engelhart CTP Group SA (ii)	(1.796)	-	-	(5)	-	62	-	(1.739)	-
BSI Limited (ii) (iii)	1.699.525	-	-	(41.298)	(508.682)	38.406	208.355	1.396.306	(31.098)
Ágio - BSI Limited (ii)	334.460	-	-	(9.550)	-	8.125	-	333.035	(17.490)
Outros	9.312	-	-	-	-	-	-	9.312	1.082
	2.581.636	**-**	**-**	**(62.944)**	**(508.682)**	**58.638**	**209.382**	**2.278.030**	**(56.548)**
Total	**11.194.539**	**322.124**	**(97.867)**	**351.542**	**(511.276)**	**117.314**	**209.580**	**11.585.956**	**268.764**

(i) Vide nota 2.
(ii) A diferença entre o resultado de participação do Banco na controlada e o lucro líquido da controlada é referente à variação cambial.
(iii) Inclui efeitos reconhecidos pelo EFG em seu Patrimônio Líquido, decorrentes de ajustes acumulados de conversão, além de ganhos relacionados a planos de pensão.

14.Ativo Intangível

		Movimentação do Intangível			
	31/12/2017	Aquisições / transferência	Amortizações	Variação cambial	31/03/2018
Outros Ativos Intangíveis					
Custo					
Softwares	104.692	307	-	53	105.052
Benfeitorias em imóveis de terceiros	104.374	52	-	-	104.426
Amortização acumulada					
Softwares	(78.867)	-	(3.017)	(38)	(81.922)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(62.494)	1	(2.022)	-	(64.515)
Total	67.705	360	(5.039)	15	63.041

O prazo de amortização do intangível é de 5 anos.

15.Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

a. Resumo

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos	18.355.030	13.301.120	4.440.319	446.170	167.421	-	16.664.627
Captações no mercado aberto	35.484.552	10.066.018	4.480.174	3.859.651	8.864.054	8.214.655	34.418.276
Recursos de aceites e emissão de títulos	9.550.148	1.022.134	1.556.012	3.685.020	3.105.428	181.554	9.662.374
Obrigações por empréstimos e repasses	5.094.956	2.389.054	130.245	296.544	155.626	2.123.487	4.623.668
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	9.388.947	652.772	941.651	2.626.885	2.176.670	2.990.969	9.400.092
Total	77.873.633	27.431.098	11.548.401	10.914.270	14.469.199	13.510.665	74.769.037

b. Depósitos

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos à vista	159.050	159.050	-	-	-	-	109.111
Depósitos interfinanceiros	584.566	266.782	214.748	101.916	1.120	-	3.416.757
Depósitos à prazo	17.611.414	12.875.288	4.225.571	344.254	166.301	-	13.138.759
Total	18.355.030	13.301.120	4.440.319	446.170	167.421	-	16.664.627

c. Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto têm lastro nos seguintes títulos:

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Carteira própria	2.038.160	558.516	277.604	227.594	610.591	363.855	4.115.840
Títulos públicos federais	513.498	126	672	16.675	390.460	105.565	2.709.972
Títulos corporativos	1.523.650	558.390	276.932	210.919	219.119	258.290	1.405.868
Títulos de governos de outros países	1.012	-	-	-	1.012	-	-
Carteira de terceiros	25.995.374	2.753.899	4.181.756	3.632.057	8.253.463	7.174.199	24.249.690
Títulos públicos federais	25.995.374	2.753.899	4.181.756	3.632.057	8.253.463	7.174.199	23.820.478
Títulos corporativos	-	-	-	-	-	-	364.836
Títulos de governos de outros países	-	-	-	-	-	-	64.376
Carteira livre movimentação (i)	7.451.018	6.753.603	20.814	-	-	676.601	6.052.746
Títulos públicos federais	7.451.018	6.753.603	20.814	-	-	676.601	6.052.746
Total	35.484.552	10.066.018	4.480.174	3.859.651	8.864.054	8.214.655	34.418.276

(i) Da carteira de livre movimentação, R$6.592.168 (31 de dezembro de 2017 – R$5.297.275) refere-se a posição vendida, e R$858.850 (31 de dezembro de 2017 – R$755.471) a posição financiada.

d. Recursos de aceites e emissão de títulos

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Títulos e valores mobiliários – país	6.225.971	1.005.481	1.471.414	2.152.470	1.473.098	123.508	6.408.723
Letras financeiras	4.599.500	226.683	976.549	1.941.028	1.437.796	17.444	4.771.878
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	1.532.225	684.552	494.865	211.442	35.302	106.064	1.560.576
Certificados de operações estruturadas	94.246	94.246	-	-	-	-	76.269
Títulos e valores mobiliários – exterior	3.324.177	16.653	84.598	1.532.550	1.632.330	58.046	3.253.651
Medium term notes	3.078.704	-	-	1.446.374	1.632.330	-	3.070.632
Fixed rate notes e outros	245.473	16.653	84.598	86.176	-	58.046	183.019
Total	9.550.148	1.022.134	1.556.012	3.685.020	3.105.428	181.554	9.662.374

Em 31 de março de 2018, obrigações por títulos e valores mobiliários no país são basicamente indexadas a percentuais de taxa referencial de juros (CDI) entre 88% e 115% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais 1,2 % a.a. a 8,1% a.a. (31 de dezembro de 2017 - taxa referencial de juros (CDI) entre 87% e 115% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais 1,3% a.a. a 8,4% a.a.).

Em 31 de março de 2018, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior possuem taxas entre 4,0% a.a. a 8,5% a.a. (31 de dezembro de 2017 - entre 3,17% a.a. a 8,0% a.a.).

e. Obrigações por empréstimos e repasses

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Empréstimos no exterior	2.373.137	1.540.113	-	-	-	833.024	1.920.118
Obrigações em moedas estrangeiras	833.024	-	-	-	-	833.024	147.097
Obrigações por empréstimos no exterior	1.540.113	1.540.113	-	-	-	-	1.773.021
Obrigações por repasses no país	2.721.819	848.941	130.245	296.544	155.626	1.290.463	2.703.550
FINAME/BNDES	2.721.819	848.941	130.245	296.544	155.626	1.290.463	2.703.550
Total	5.094.956	2.389.054	130.245	296.544	155.626	2.123.487	4.623.668

Em 31 de março de 2018, obrigações por empréstimos e repasses possuem taxas entre de 0,16% a.a. a 3,25% a.a. (31 de dezembro de 2017 - entre 0,16% a.a. a 8,54% a.a.).

f. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital

	31/03/2018					31/12/2017
Nome do papel - moeda original	Valor Principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil	Saldo contábil
Letras financeiras - R$ (i)	4.161.000	15/04/2011	15/04/2021	Inflação + taxa pré	4.899.028	4.808.985
Notas subordinadas - US$	800.000	28/09/2012	15/09/2022	5,75%	1.482.304	1.547.798
Notas subordinadas elegíveis a capital - US$ (ii)	1.300.000	12/09/2014	Perpétuo (opção de liquidação em 2019)	8,75%	3.007.615	3.043.309
Total					9.388.947	9.400.092

(i) Letras financeiras possuem vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais a partir de 2016.

(ii) O Banco cancelou o valor total equivalente a US$300 milhões em títulos de dívida de sua emissão Senior 2020 e US$350 milhões de títulos subordinados Tier II 2022, que foram adquiridos desde 2015. Adicionalmente, em outubro de 2017, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil para recomprar, até 1º de dezembro de 2017, o valor total até US$390 milhões de títulos de dívida de capital perpétuo - TIER l Capital.

16. Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	31/03/2018	31/12/2017
Dividendos e participações a pagar	-	608.975
Participações de funcionários nos lucros	144.067	337.000
Total	144.067	945.975
Circulante	144.067	945.975
Longo prazo	-	-

b. Fiscais e previdenciárias

	31/03/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	25.782	81.792
Impostos e contribuições a pagar (i)	40.944	1.981.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	30.266	10.270
Total	96.992	2.073.591
Circulante	67.816	2.063.321
Longo prazo	29.176	10.270

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro 2017, com vistas a encerrar discussões tributárias referentes ao procedimento administrativo que trata da amortização fiscal de ágio decorrente da aquisição do então denominado Banco Pactual S.A. pelo UBS AG em 2006 (conforme descrito na Nota 17) o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017 ("PERT") e da Medida Provisória nº 798, de 31 de agosto de 2017.

Em razão do acordado nos contratos referentes a aquisição, bem como no âmbito do acordo de Private Placement de 2010, os custos financeiros da referida adesão ao PERT são arcados respectivamente pelo UBS AG e pela BTG Pactual Holding S.A., conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração do Banco, de forma que não haverá impacto financeiro relevante para o mesmo.

c. Diversas

	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações por aquisição de bens e direitos (i)	1.093.144	1.074.577
Provisão para pagamentos a efetuar	71.807	11.905
Obrigações por operações vinculadas a cessão	6.318	6.318
Provisão de perda para fianças (Nota 10 (e))	180.343	261.855
Provisão para passivos contingentes (Nota 17 (c))	1.050.677	1.045.375
Credores diversos - Brasil	280.944	1.335.818
Credores diversos - exterior	18.444	19.938
Outras	541	41
Total	2.702.218	3.755.827
Circulante	155.871	128.791
Longo prazo	2.546.347	3.627.036

(i) Refere-se a valores a pagar referente a aquisição de investimentos (substancialmente Banco Pan S.A. e Banco Sistema S.A.).

17.Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Administração do Banco avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos e internos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

a. Ativos contingentes

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a instituição não tem contabilizados ativos contingentes.

b. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

i. Provisões trabalhistas

São compostas por demandas movidas por ex-funcionários principalmente com pedidos de horas extras e equiparação salarial. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos.

ii. Provisões cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos.

iii. Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos.

c. Composição e movimentação das provisões nos trimestres

A Administração do Banco está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A Administração do Banco, com base na opinião dos consultores legais, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos em 31 de março de 2018 são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos.

As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas nos trimestres findos em 31 de março:

	31/03/2018				31/03/2017
	Tributária	Cível	Trabalhista	Total	Total
Saldo no início do trimestre	1.009.389	178	35.808	1.045.375	957.626
Constituição	9.400	-	2.073	11.473	21.390
Baixa / reversão	(6.171)	-	-	(6.171)	-
Saldo no final do trimestre	1.012.618	178	37.881	1.050.677	979.016
Provisão para passivos contingentes (Nota 16 (c))				1.050.677	979.016

A natureza das principais provisões estão apresentadas a seguir.

i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários (Nota 16b)

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores referentes a obrigações legais e contingências avaliadas pelos advogados internos e externos como perda provável, estão integralmente provisionados. Dentre referidas discussões judiciais as seguintes merecem destaque:

COFINS - Discussão da legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98.

PIS - Questionamento da incidência da contribuição para o PIS instituída nas Emendas Constitucionais nº 10 de 1996 e nº 17 de 1997.

Em 31 de março de 2018, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. Segue abaixo a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), nos quais se discute a incidência de contribuição previdenciária sobre referidos valores e sua indedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R$477 milhões. Parte desse valor conta como garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Processos relativos à desmutualização e IPO da B3 S.A., em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das sociedades mencionadas anteriormente. O valor envolvido é de R$21 milhões. Esse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Em outubro de 2012 o Banco recebeu auto de infração que, em 31 de agosto de 2017, totalizava R$ 2.439 milhões, sob a alegação de que a amortização de ágio pelo Banco para redução do montante do IRPJ e da CSLL a pagar era inapropriado. Este ágio foi gerado na aquisição do Banco pelo UBS em 2006 e sua amortização ocorreu durante o período compreendido entre fevereiro de 2007 a janeiro de 2012, embora referido auto de infração esteja relacionado apenas às declarações de IRPJ e CSLL para os anos de 2007, 2008 e 2009. Foi apresentada defesa contra este auto de infração e, em fevereiro de 2013, houve decisão de primeira instância que reduziu parcialmente o valor do auto de infração. Em 3 de junho de 2015, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento ao auto de infração para cancelar definitivamente a multa isolada no valor de R$330 milhões. Em 31 de agosto de 2017, este débito foi quitado no âmbito do Programa de Regularização Tributária – PERT. Em dezembro de 2015, novo auto de infração foi recebido totalizando o valor de R$1.964 milhões referente aos anos de 2010 e 2011, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Foi apresentada defesa contra este auto de infração, em que se aguarda decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscal. Adicionalmente, em dezembro de 2017, mais um auto de infração foi recebido totalizando o valor de R$816 milhões, referente ao ano de 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e, por fim, o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince, em 2011. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das despesas do recurso) relacionada ao tema, e não estabeleceu (e não espera estabelecer) qualquer provisão em suas demonstrações contábeis. Além da avaliação quanto

à improcedência dos autos de infração, caso o Banco venha a incorrer em perdas, o mesmo acredita ter o direito de ser indenizado por sua controladora por partes dessas perdas. Dessa forma, em nenhum caso o BTG Pactual espera incorrer em qualquer perda material relacionada a este assunto.

- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente ao ano de 2012, no valor de R$ 175 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na primeira instância.

- Em dezembro de 2017, na qualidade de responsável solidário do Banco Pan S/A, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido na alienação de investimento no Brasil por ente estrangeiro, referente ao ano de 2012, no valor de R$70 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na primeira instância.

- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa a cobrança de imposto de renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R$1.014 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na primeira instância.

ii. Outros passivos contingentes

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco figurava como parte em processos cíveis, trabalhistas e outras contingências, com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados.

18.Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Base de cálculo	461.932	1.172.828
Resultado antes da tributação e participações	522.520	1.318.689
Participações estatutárias sobre o lucro	(60.941)	(145.861)
Juros sobre capital próprio	353	-
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(207.869)	(530.547)
(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação	71.589	31.599
Resultado da equivalência patrimonial de controladas em conjunto e coligadas no país	114.477	80.743
Lucros disponibilizados no exterior	(5.063)	(12.412)
Dividendos	2.263	1.558
Outras (inclusões) / exclusões permanentes	(40.088)	(38.290)
(Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	1.358.583	1.041.546
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	151.750	613.103
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.251)	(20.532)
Juros sobre capital próprio	274.039	400.500
Outras provisões	951.045	48.475
Efeito majoração de alíquota CSLL 5% (corrente)	-	3.626
Compensação sobre prejuízo fiscal - Brasil	(1.222.303)	(542.655)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	3.569
Referentes a diferenças temporárias		
Constituição / (reversão) do trimestre	(1.358.583)	(1.041.603)
Constituição sobre ágio na aquisição de investimentos	-	149.400
Constituição / (reversão) sobre prejuízos no país	1.222.303	542.655
Constituição / (reversão) sobre prejuízos de agência no exterior	55.972	42.945
Recuperação de imposto de renda de investimento no exterior	-	1.545
Outras diferenças temporárias	96.280	1.294
(Despesa) / receita de ativos fiscais diferidos	15.972	(303.764)
Total de receita / (despesa)	15.972	(300.195)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.059/02, levando em consideração o período de realização.

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, apresentados na rubrica "Outros créditos – Diversos" (nota 12(b)), podem ser assim demonstrados:

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2017	Constituição	Realização (i)	31/03/2018
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	711.461	463.219	-	1.174.680
Juros sobre capital próprio	269.968	-	(134.968)	135.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	595.202	14.947	-	610.149
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	1.931.260	-	(232.695)	1.698.565
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibilidade suspensa	183.126	-	-	183.126
Outras diferenças temporárias	194.324	-	(129.309)	65.015
Total	3.885.341	478.166	(496.972)	3.866.535

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2016	Constituição	Realização (i)	31/03/2017
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	568.726	586.894	-	1.155.620
Juros sobre capital próprio	400.500	149.400	(400.500)	149.400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	871.937	20.532	-	892.469
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	1.713.846	56.306	(613.103)	1.157.049
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibilidade suspensa	182.980	-	-	182.980
Outras diferenças temporárias	153.030	50.538	(104.838)	98.730
	3.891.019	863.670	(1.118.441)	3.636.248
Efeitos registrados no patrimônio líquido				
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	335	388	-	723
Total	3.891.354	864.058	(1.118.441)	3.636.971

(i) Em 31 de março de 2018, o valor referente a recuperação de imposto de renda pago no exterior é de R$3.544 (31 de dezembro de 2017 – R$36.149)

Segue abaixo composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para realização dos ativos fiscais diferidos:

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total
2018	1.988.176	567.803	2.555.979
2019	103.789	143.088	246.877
2020	94.000	150.617	244.617
2021	94.000	158.899	252.899
A partir de 2022	411.890	154.273	566.163
	2.691.855	1.174.680	3.866.535
Valor presente	2.392.869	1.010.013	3.402.882

O Banco possui obrigações fiscais diferidas no montante de R$30.266 (31 de dezembro de 2017 - R$10.270), conforme Nota 16 (b).

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a aliquota de 20% para 15% a partir de 2019.

19.Patrimônio líquido

a. Capital social e reserva de capital

Em 31 de março de 2018, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 2.681.601.772 de ações (31 de dezembro de 2017 – 2.681.601.772), sendo 1.746.065.322 ações ordinárias (31 de dezembro de 2017 – 1.746.065.322), 486.180.110 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2017 – 486.180.110), 449.356.340 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2017 – 449.356.340), todas nominativas e sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante total de R$171.567, com a emissão de 1 ação preferencial Classe B, nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 6 de novembro de 2017.

As ações ordinárias terão, cada uma, direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A e B não terão direito a voto, terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A terão direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de alienação de controle do Banco, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento de valor por ação no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem necessidade de deliberação e reunião de conselho ou acionista, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista a converter seja BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, BTG Pactual Holding S.A. (ou sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais do que 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado acordo de acionistas da companhia. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o acordo de acionistas da companhia.

b. Ações em tesouraria

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, o Banco efetuou recompra de *units*, de acordo com o programa aprovado no valor de R$37.883 (31 de dezembro de 2017 - R$489.977), equivalente a 1.811.300 *units* (31 de dezembro de 2017 - 31.618.580 *units)*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve cancelamento de *units* no valor de R$467.748 equivalentes a 32.287.880 units. No trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve cancelamento de *units.* Em 31 de março de 2018, 7.038.900 *units* (31 de dezembro de 2017 – 5.227.600 *units*) encontravam-se em tesouraria, no o valor de R$130.946 (31 de dezembro de 2017 – R$93.063).

c. Reserva especial de lucro

Esta reserva, equivalente a R$300.000, tem por finalidade destinar juros sobre capital próprio declarados após o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

d. Reserva legal

Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício/semestre, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

e. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social.

f. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado na agência no exterior.

g. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco provisionou R$608.975, referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,23 por ação, que gerou R$274.039 de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2017, e pagos em 7 de março de 2018.

20.Receitas de prestação de serviços

	31/03/2018	31/03/2017
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	20.546	21.108
Assessoria técnica	72.485	100.829
Comissão de colocação de títulos	11.050	32.049
Rendas de garantias prestadas	55.638	66.123
Outros serviços	3.618	3.084
Total	163.337	223.193

21.Outras receitas operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	15.273	54.215
Variação cambial	221	28.327
Atualização de valores a receber por venda de bens e direitos	45.213	4.258
Outras rendas operacionais	1.194	28.480
Total	61.901	115.280

22.Outras despesas operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Provisão de garantias prestadas	1.014	10.892
Despesa com correção monetária	18.568	35.393
Variação cambial	861	887
Provisão para outros créditos sem características de crédito	75.267	93.814
Despesa de atualização de impostos	15.934	17.526
Outras	1.298	1.222
Total	112.942	159.734

23.Outras despesas administrativas

	31/03/2018	31/03/2017
Serviços de terceiros e consultorias	99.721	73.537
Telecomunicações e processamento de dados	29.581	24.191
Locações e condomínios	12.423	12.158
Despesas do sistema financeiro	9.915	4.109
Propaganda e relações públicas	9.981	5.980
Amortização e depreciação	7.785	8.938
Outros	8.266	7.606
Total	177.672	136.519

24.Despesas tributárias

	31/03/2018	31/03/2017
PIS/COFINS	18.841	75.184
ISS	4.809	7.948
IOF	38	427
Outros	2.896	1.753
Total	26.584	85.312

25.Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco.

Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	Controladores (i)		Controle conjunto e coligadas		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo						
Aplicações no mercado aberto	-	-	31.389	5.621.970	31.389	5.621.970
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	20.003	572.605	20.003	572.605
Títulos e valores mobiliários	-	-	34.256	11.536.531	34.256	11.536.531
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	25.014.884	23.561.006	25.014.884	23.561.006
Operações de crédito	2.727.914	2.171.493	1.007.315	983.013	3.735.229	3.154.506
Rendas a receber	1.913.890	1.893.146	86.167	104.849	2.000.057	1.997.995
Negociação e intermediação de valores	-	-	432.067	382.567	432.067	382.567
Diversos	-	-	33.530	7.719.688	33.530	7.719.688
Passivo						
Depósitos interfinanceiros	-	-		(3.491.916)	-	(3.491.916)
Depósitos	(534.938)	(59.602)	(6.107.941)	(5.288.077)	(6.642.879)	(5.347.679)
Captações no mercado aberto	-	-	(1.020.959)	(2.293.677)	(1.020.959)	(2.293.677)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	(54.432)	(185)	(54.432)	(185)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	(391.168)	(755.288)	(391.168)	(755.288)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(28.866.604)	(27.805.073)	(28.866.604)	(27.805.073)
Negociação e intermediação de valores	-	-	(288.080)	(276.803)	(288.080)	(276.803)
Diversas	-	-	(250.815)	(1.306.292)	(250.815)	(1.306.292)
	Controladores		Controle conjunto e coligadas		Total	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do trimestre						
Receitas de intermediação financeira	773	1.344	788.862	406.250	789.635	407.594
Despesas de intermediação financeira	-	(12.421)	(2.094.743)	(327.163)	(2.094.743)	(339.584)
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.449)	-	(23.728)	1.082	(44.177)	1.082

(i) Inclui pessoas físicas.

A remuneração total paga do pessoal chave da administração para o trimestre foi de R$13.741 (31 de março de 2017 – R$1.170) a qual é considerada benefício de curto prazo.

26.Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Saldos no início do trimestre		
Disponibilidades	3.674.112	220.756
Aplicações no mercado aberto	17.581.854	11.177.261
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.190.324	1.853.888
Total	22.446.290	13.251.905

	31/03/2018	31/03/2017
Saldos no fim do trimestre		
Disponibilidades	1.512.651	476.747
Aplicações no mercado aberto	26.587.695	17.534.796
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.070.595	2.177.287
Total	29.170.941	20.188.830

b. Compromissos e responsabilidades

O Banco tem como principais compromissos e responsabilidades o seguinte:

	31/03/2018	31/12/2017
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	35.939.991	35.578.449
Responsabilidades por administração de fundos e carteiras de investimentos	11.804.460	8.588.521
Depositários de valores em custódia	208.215.377	204.026.689
Negociação e intermediação de valores	3.291.950.898	2.305.632.261
Valores de crédito contratados a liberar	1.207.331	971.400
Compromissos a liberar	22.600	12.900

Na rubrica "Coobrigações e riscos em garantias prestadas", é composta, basicamente, por fianças corporativas ou ativos destinados à garantia de operações em bolsas.

Na rubrica "Responsabilidades por administração de fundos e carteiras de investimento'' os valores estão registrados pelo somatório dos valores patrimoniais dos fundos e carteiras de investimento.

Na rubrica "Depositários de valores em custódia", estão refletidas as posições de terceiros de títulos públicos e privados, custodiados no SELIC e na B3 S.A.

Na rubrica "Negociação e intermediação de valores", estão representados os valores dos contratos de compra e venda de instrumentos financeiros derivativos, relacionados a operações de terceiros.

Na rubrica "Valores de créditos contratados a liberar", estão registrados valores a liberar referentes a operações de crédito contratadas com clientes.

Na rubrica "Compromissos a liberar", estão registrados valores a liberar referentes a compromissos do Banco com suas investidas.

27.Eventos subsequentes

Em 20 de abril de 2018, o Banco Pan S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital da companhia homologado pelo seu Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2018. Após o aumento de capital, o BTG Pactual passou a deter aproximadamente 577.662 ações de emissão do Banco Pan S.A., correspondentes a 50,6% do seu Capital Social.

A despeito da nova composição do capital social da companhia, o controle compartilhado do Banco Pan S.A. não foi alterado, de maneira que a Caixa Participações S.A. - CaixaPar e o BTG Pactual permanecem como co-controladores da companhia.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Banco BTG Pactual S.A. e controladas

31 de março de 2018
com Relatório de Revisão do Auditor Independente.

BANCO BTG PACTUAL S.A. e controladas

Demonstrações contábeis consolidadas

31 de março de 2018

Índice

Relatório de Revisão do Auditor Independente 1
Balanços patrimoniais consolidados 4
Demonstrações dos resultados consolidados 6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controlador 7
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa 8
Demonstrações consolidadas dos valores adicionados 9
Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas 10

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias

Aos Administradores e Acionistas do
Banco BTG Pactual S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias do Banco BTG Pactual S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN na elaboração de demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Equivalência patrimonial de empresa investida no exterior

Conforme mencionado na nota n°13 às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias, o Banco possuí investimento no EFG International (“EFG”), porém não possui acesso tempestivo às informações contábeis e financeiras antes da divulgação das demonstrações contábeis dessa investida. Assim, o reconhecimento da equivalência patrimonial é efetuado em prazo superior ao permitido pelo Banco Central do Brasil, bem como eventuais ajustes reconhecidos pelo EFG podem vir a serem reconhecidos pelo Banco em períodos posteriores ao registro na investida. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de março de 2018, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 3,1 bilhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos divulgados no mercado. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação de demonstrações contábeis individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o trimestre findo em 31 de março de 2018 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, sem modificação e contendo a mesma ênfase acima descrita, datado de 02 de maio de 2018. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração consolidada do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa demonstração consolidada do valor adicionado foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa conclusão, essa demonstração consolidada do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

BANCO BTG PACTUAL S.A. e controladas

Balanços patrimoniais consolidados

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante		117.161.446	92.212.056
Disponibilidades	6	7.293.132	4.347.209
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	40.496.279	27.196.779
Aplicações no mercado aberto		39.231.202	25.973.105
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.265.077	1.223.674
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		38.324.610	34.520.034
Carteira própria	8	15.721.429	15.151.347
Vinculados a compromissos de recompra	8	6.280.301	4.761.945
Títulos objeto de operações compromissadas de livre movimentação	8	312.650	144.227
Instrumentos financeiros derivativos	9	13.327.575	12.585.309
Vinculados à prestação de garantias	8	2.682.655	1.877.206
Relações interfinanceiras		966.815	1.473.007
Depósitos no Banco Central		966.815	1.473.007
Operações de crédito	10	7.130.110	5.205.606
Operações de crédito		7.567.551	5.368.754
Operações de crédito cedidas		99.449	314.572
Provisão para operações de liquidação duvidosa		(536.890)	(477.720)
Outros créditos		22.906.037	19.427.313
Créditos por avais e fianças honrados		434.638	104.349
Carteira de câmbio	11	10.032.538	12.007.708
Rendas a receber	12	1.984.158	2.509.963
Negociação e intermediação de valores	11	9.498.572	3.598.367
Diversos	12	1.174.489	1.234.239
Provisão para perdas em outros créditos	10	(218.358)	(27.313)
Outros valores e bens		44.463	42.108
Outros valores e bens		2.969	2.852
Despesas antecipadas		41.494	39.256
Realizável a longo prazo		23.533.490	28.842.178
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	452.676	595.508
Aplicações no mercado aberto		452.676	595.508
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		7.140.260	7.767.998
Carteira própria	8	896.340	1.059.468
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.683.234	1.859.531
Vinculados a compromissos de recompra	8	3.307.791	3.968.413
Vinculados à prestação de garantias	8	1.252.895	880.586
Relações interfinanceiras		220.672	230.635
Créditos vinculados – Sistema Financeiro da Habitação		220.672	230.635
Operações de crédito	10	6.902.289	7.820.597
Operações de crédito		7.178.058	7.957.839
Operações de crédito cedidas		28.778	118.955
Provisão para operações de liquidação duvidosa		(304.547)	(256.197)
Outros créditos		8.783.850	12.342.353
Diversos	12	8.812.527	12.452.651
Provisão para perdas em outros créditos	10	(28.677)	(110.298)
Outros valores e bens		33.743	85.087
Investimentos temporários		100	52.249
Outros valores e bens		103.513	105.067
Despesas antecipadas		11.575	9.494
Provisão para desvalorização		(81.445)	(81.723)
Permanente		5.639.123	5.537.378
Investimentos		5.350.945	5.248.783
Participações em coligadas e empresas com controle compartilhado - no país	13	2.033.542	1.644.342
Participações em coligadas e empresas com controle compartilhado - no exterior	13	3.293.904	3.575.241
Outros investimentos		27.941	33.661
Provisão para perdas		(4.442)	(4.461)
Imobilizado de uso		81.917	82.762
Imóveis de uso		5.254	5.177
Outras imobilizações de uso		263.679	257.210
Depreciações acumuladas		(187.016)	(179.625)
Intangível	14	206.261	205.833
Outros ativos intangíveis		1.500.303	1.488.396
Amortizações acumuladas		(1.294.042)	(1.282.563)
Total do ativo		146.334.059	126.591.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BANCO BTG PACTUAL S.A. e controladas

Balanços patrimoniais consolidados

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Passivo			
Circulante		93.669.646	77.238.309
Depósitos	15	18.059.294	8.303.306
Depósitos à vista		363.823	441.320
Depósitos interfinanceiros		199.688	111.108
Depósitos a prazo		17.495.783	7.750.878
Captações no mercado aberto	15	34.159.175	31.236.529
Carteira própria		5.253.212	8.379.518
Carteira de terceiros		22.672.147	19.026.548
Carteira de livre movimentação		6.233.816	3.830.463
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	2.593.475	2.682.894
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.397.979	2.533.872
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		101.250	72.753
Captação por certificados de operações estruturadas		94.246	76.269
Relações interfinanceiras		6.422	5.388
Recebimentos e pagamentos a liquidar		6.422	5.388
Relações interdependências		223.208	24.356
Recursos em trânsito de terceiros		223.208	24.356
Obrigações por empréstimos e repasses	15	2.611.073	1.302.170
Empréstimos no exterior		1.553.402	1.231.495
Empréstimos no país		53.449	-
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais		1.004.222	70.675
Instrumentos financeiros derivativos	9	12.486.569	12.221.661
Instrumentos financeiros derivativos		12.486.569	12.221.661
Outras obrigações		23.530.430	21.462.005
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7.573	8.148
Carteira de câmbio	11	9.609.836	11.773.803
Sociais e estatutárias	16	285.894	1.290.707
Fiscais e previdenciárias	16	268.678	2.480.875
Negociação e intermediação de valores	11	11.197.254	4.232.583
Dívidas subordinadas	15	1.594.423	1.289.040
Diversas	16	566.772	386.849
Exigível a longo prazo		33.685.490	30.576.631
Depósitos	15	984.062	875.007
Depósitos interfinanceiros		44.215	25.732
Depósitos a prazo		939.847	849.275
Captações no mercado aberto	15	7.832.342	2.653.692
Carteira própria		3.950.701	929.358
Carteira de terceiros		-	29.190
Carteira de livre movimentação		3.881.641	1.695.144
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	7.537.443	7.606.652
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		3.699.533	3.813.695
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		3.837.910	3.792.957
Obrigações por empréstimos e repasses	15	2.591.043	3.427.755
Empréstimos no exterior		842.345	688.623
Empréstimos no país		-	75.391
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais		1.748.698	2.663.741
Instrumentos financeiros derivativos	9	1.069.615	1.940.111
Instrumentos financeiros derivativos		1.069.615	1.940.111
Outras obrigações		13.670.985	14.073.414
Fiscais e previdenciárias	16	161.554	91.568
Dívidas subordinadas	15	4.746.311	5.028.197
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	15	3.007.615	3.043.309
Diversas	16	5.755.505	5.910.340
Resultados de exercícios futuros		110.041	120.573
Participação de não controladores		166.391	132.407
Patrimônio líquido	19	18.702.491	18.523.692
Capital social - de domiciliados no país		4.898.856	4.898.856
Capital social - de domiciliados no exterior		2.493.236	2.493.236
Reservas de capital		652.515	652.515
Ajuste de avaliação patrimonial		238.898	114.992
Reservas de lucros		9.949.221	10.457.156
Ações em tesouraria		(130.946)	(93.063)
Lucros acumulados		600.711	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		146.334.059	126.591.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BANCO BTG PACTUAL S.A. e controladas

Demonstrações dos resultados consolidados
Trimestres findos em 31 de março
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas da intermediação financeira		2.438.914	2.998.059
Operações de crédito		268.650	453.817
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.621.445	1.842.510
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		399.903	228.035
Resultado de operações de câmbio		133.485	420.064
Resultado de aplicações compulsórias		15.431	53.633
Despesas da intermediação financeira		(1.406.534)	(1.641.020)
Operações de captação no mercado		(1.127.550)	(1.669.450)
Operações de empréstimos e repasses		(278.633)	45.117
Provisão para operações de crédito e outros créditos	10	(351)	(16.687)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.032.380	1.357.039
Outras despesas operacionais		(156.066)	(146.427)
Receitas de prestação de serviços	20	448.933	423.093
Despesas de pessoal		(182.538)	(154.759)
Outras despesas administrativas	23	(287.486)	(233.689)
Despesas tributárias		(55.961)	(97.982)
Resultado de participações em coligadas e empresas com controle compartilhado	13	(36.126)	69.249
Outras receitas operacionais	21	144.959	221.179
Outras despesas operacionais	22	(187.847)	(373.518)
Resultado operacional		876.314	1.210.612
Resultado não operacional		7.259	(28.964)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		883.573	1.181.648
Imposto de renda e contribuição social	18	(155.773)	(276.554)
Provisão para imposto de renda		(147.592)	35.987
Provisão para contribuição social		(48.912)	(57.717)
Ativo fiscal diferido		40.731	(254.824)
Participações estatutárias no lucro		(124.437)	(189.372)
Participações de acionistas não controladores		(3.005)	4.345
Lucro líquido do trimestre	19	600.358	720.067
Juros sobre capital próprio	19	353	6.224
Média ponderada de ações no final do trimestre		2.681.601.772	2.778.465.411
Lucro líquido por ação - R$		0,22	0,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BANCO BTG PACTUAL S.A. e controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controlador

Trimestres findos em 31 de março

(Em milhares de reais, exceto o valor de dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

				Reservas de lucros								
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas especiais de lucros	Legal	A realizar	Estatutária	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		7.220.526	652.515	-	1.078.199	3.236.533	5.516.059	9.830.791	39.756	(70.834)	-	17.672.754
Aquisição de ações em tesouraria	1	-	-	-	-	-	-	-	-	(104.054)	-	(104.054)
Juros sobre capital próprios recebidos por efeito de recompra de ações próprias	19	-	-	-	-	-		-	-	-	6.224	6.224
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	-	(3.339)	-	-	(3.339)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	13	-	-	-	-	-	-	-	1.350	-	-	1.350
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	(162.202)	-	-	(162.202)
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	152.566	-	-	152.566
Juros sobre capital próprio (R$0,12 por ação)	19	-	-	332.000	-	-	(332.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do trimestre		-	-	-	-	-	-	-	-	-	720.067	720.067
Saldos em 31 de março de 2017		7.220.526	652.515	332.000	1.078.199	3.236.533	5.184.059	9.830.791	28.131	(174.888)	726.291	18.283.366
Saldos em 31 de dezembro de 2017		7.392.092	652.515	-	1.181.507	2.803.820	6.417.364	10.402.691	114.992	(93.063)	-	18.469.227
Aquisição de ações em tesouraria	19b	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.883)	-	(37.883)
Juros sobre capital próprios recebidos por efeito de recompra de ações próprias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	353	353
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	-	(84.808)	-	-	(84.808)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	13	-	-	-	-	-	-	-	209.580	-	-	209.580
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	-	121.941	-	-	121.941
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	(122.807)	-	-	(122.807)
Juros sobre capital próprio intermediários (R$0,11 por ação)	19	-	-	300.000	-	-	(300.000)	-		-	-	-
Efeito de mudanças de práticas contábeis realizado por investida	2	-	-	-	-	-	(507.935)	(507.935)	-	-	-	(507.935)
Lucro líquido do trimestre		-	-	-	-	-	-	-	-	-	600.358	600.358
Saldos em 31 de março de 2018		7.392.092	652.515	300.000	1.181.507	2.803.820	5.609.429	9.894.756	238.898	(130.946)	600.711	18.648.026

A reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido do Banco BTG Pactual S.A. e controladas é apresentada na Nota 19(h).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BANCO BTG PACTUAL S.A. e controladas

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Trimestres findos em 31 de março
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Atividades operacionais			
Lucro líquido do trimestre		600.358	720.067
Ajustes ao lucro líquido		263.758	680.853
Resultado de participações em coligadas e empresas com controle compartilhado	13	36.126	(69.249)
Despesas de juros com dívidas subordinadas		263.460	430.202
Ativo fiscal diferido		(40.731)	254.824
Amortização de ágios	22	-	41.000
Variação cambial do ágio	14	(8.511)	7.124
Variação cambial do permanente		(929)	529
Depreciações e amortizações	23	14.343	16.423
Lucro líquido ajustado do trimestre		864.116	1.400.920
Aumento/redução de atividades operacionais			
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(4.187.369)	1.284.603
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		(3.958.352)	(1.633.910)
Operações de créditos		(1.006.197)	(649.355)
Outros créditos e outros valores e bens		169.501	(1.040.287)
Relações interfinanceiras		517.189	240.147
Relações interdependências		198.852	(45.956)
Outras obrigações		2.287.176	1.794.446
Resultados de exercícios futuros		(10.532)	(4.811)
Depósitos		9.865.043	1.071.897
Captações no mercado aberto		8.101.296	6.704.899
Obrigações por empréstimos e repasses		472.191	173.507
Caixa proveniente nas atividades operacionais		13.312.914	9.296.100
Atividades de investimento			
Alienação de outros investimentos		5.701	327
Aquisição / alienação de participações societárias	13	(380.224)	641.535
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	13	27.216	-
Aquisição de imobilizado		(3.507)	(199)
Alienação de imobilizado		1.006	46
Aquisição de intangível	14	(1.377)	(4.807)
Alienação de intangível	14	300	2.840
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de investimento		(350.885)	639.742
Atividades de financiamento			
Aquisição de ações em tesouraria	19b	(37.883)	(104.054)
Recursos de aceites e emissão de títulos		(158.628)	(1.390.101)
Dívida subordinada e instrumentos de dívida elegíveis a capital		(275.658)	(618.207)
Participação de não controladores no patrimônio		33.984	8.101
Juros sobre o capital próprio distribuídos	19	(608.622)	(883.776)
Caixa (utilizado) das atividades de financiamento		(1.046.807)	(2.988.037)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		11.915.222	6.947.805
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	25		
No início do trimestre		23.201.005	13.973.748
No fim do trimestre		35.116.227	20.921.553
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		11.915.222	6.947.805
Transação não-monetária		76.691	72.478
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		-	63.523
Alienação de imobilizado		-	12.294
Aquisição / alienação / transferência de participações societárias		161.499	-
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros disponíveis para venda		(84.808)	(3.339)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BANCO BTG PACTUAL S.A. e controladas

Demonstrações consolidadas dos valores adicionados

Trimestres findos em 31 de março
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017
Receitas		2.887.847	3.421.152
Intermediação financeira		2.438.914	2.998.059
Prestação de serviços	20	448.933	423.093
Despesas		(1.442.163)	(1.822.323)
Intermediação financeira		(1.406.183)	(1.624.333)
Provisão para operações de crédito e outros créditos	10	(351)	(16.687)
Outras		(35.629)	(181.303)
Insumos adquiridos de terceiros		(252.578)	(197.100)
Materiais, energia e outros		(3.166)	(2.655)
Serviços de terceiros		(249.412)	(194.445)
Valor adicionado bruto		1.193.106	1.401.729
Depreciações e amortizações	23	(14.343)	(16.423)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.178.763	1.385.306
Valor adicionado recebido em transferência		(36.126)	69.249
Resultado de participações em coligadas e empresas com controle compartilhado		(36.126)	69.249
Valor adicionado a distribuir		1.142.637	1.454.555
Distribuição do valor adicionado		1.142.637	1.454.555
Pessoal		306.979	344.131
Proventos		253.689	303.139
Benefícios		28.909	22.037
FGTS		24.003	18.955
Outros		378	-
Impostos, taxas e contribuições		211.730	374.536
Federais		196.670	354.153
Municipais		15.060	20.383
Remuneração de capitais de terceiros		20.565	20.166
Aluguéis		20.565	20.166
Remuneração de capitais próprios		603.363	715.722
Lucros retidos		600.005	713.843
Juros sobre capital próprio		353	6.224
Participações de não controladores		3.005	(4.345)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. (''Banco'' ou "BTG Pactual") está constituído sob a forma de banco múltiplo, atuando em conjunto com suas controladas ("Grupo"), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, inclusive câmbio, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros e crédito imobiliário.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual.

O Banco possui *units* listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada *unit* emitida corresponde a 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais classe A do Banco.

Novo Programa de *units*

Em 14 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou dois novos programas de *units,* que poderão ser negociadas na B3 S.A., compostos exclusivamente por valores mobiliários de cada uma das Companhias sendo: (i) *units* a serem negociadas sob o *ticker* BPAC11, compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais Classe A de emissão do Banco e (ii) *units* a serem negociadas sob o *ticker* PPLA11, compostas por um *Brazilian Depositary Receipt* ("BDR") representativo de uma ação classe A e dois BDR's representativos cada, de uma ação classe B, de emissão da PPLA Participations LTD (anteriormente denominada BTG Pactual Participations Ltd).

Em agosto de 2017, com o objetivo de atender à determinação da B3 S.A. referente a permanência da cotação das *units* PPLA11 superior a R$1,00 (por *unit*), as Companhias analisaram potenciais estruturas para cumprir a regulamentação aplicável.

O Conselho de Administração das Companhias aprovou a migração automática dos titulares remanescentes de units BBTG11 para a estrutura de negociação segregada de cada uma das Companhias, ou seja, BPAC11 para os investidores no Banco e PPLA11 para os investidores na PPLA Participations LTD. Cada titular de uma unit BBTG11 ao final do pregão de 18 de agosto de 2017 passou a deter automaticamente, a partir do início do pregão de 21 de agosto de 2017, uma unit BPAC11 e uma unit PPLA11 para cada unit BBTG11 anteriormente por ele detida, sem qualquer outra alteração significativa para os acionistas.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Reorganizações societárias

Em 27 de outubro de 2017, o Conselho de Administração do Banco aprovou a incorporação da Thor Comercializadora de Energia S.A., sociedade cujo objetivo é a comercialização de energia, e a BTG Pactual Serviços Energéticos, sociedade que atua com a realização de serviços administrativos financeiros envolvendo a comercialização de energia. A incorporação das entidades foi concluída em 29 de março de 2018.

Em janeiro de 2017, os acionistas do Banco, aprovaram sem ressalvas, a incorporação da BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda. pelo Banco. Em 31 de maio de 2017, a entidade foi incorporada pelo BTG Pactual.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, como parte do processo de segregação das atividades da *trading de commodities*, a Engelhart CTP adquiriu 10,62% de suas ações detidas pelo Banco após o processo de segregação. O valor total pago foi de US$251 milhões e o preço foi o equivalente ao valor contábil da companhia. Em 31 de março de 2018, o Grupo possui participação equivalente a 19,52% na Engelhart CTP (31 de dezembro de 2017 – 19,44%). Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, a Engelhart CTP não adquiriu ações detidas pelo Banco.

Aquisições e vendas

Posteriormente a emissão das demonstrações contábeis do EFG Internacional ("EFG") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em 27 de fevereiro de 2018, o BTG Pactual tomou conhecimento da decisão da investida em ajustar suas demonstrações financeiras para refletir certas mudanças em suas práticas contábeis com efeitos de adoção prospectivos. Devido às mencionadas mudanças, o EFG reconheceu uma redução em seu patrimônio líquido correspondente a CHF493,9 milhões, que consequentemente gerou um efeito negativo reflexo no patrimônio líquido do BTG Pactual no montante de R$508,7 milhões a título de redução de Reserva Estatutária.

Em 15 de março de 2017, o BTG Pactual recebeu uma notificação do EFG alegando ajustes pós fechamento no preço de compra, no âmbito dos documentos da alienação do BSI, no valor de aproximadamente CHF278 milhões em favor do EFG. Após uma análise detalhada de tais ajustes propostos e com base nas informações disponíveis até a presente data, o BTG Pactual, após levar em consideração as opiniões de seus assessores, concluiu que o ajuste apropriado em bases ponderadas pelo risco possa ser CHF95,7 milhões em favor do BTG Pactual. Em 17 de julho de 2017, após negociações com o EFG, o Banco concordou em devolver CHF89 milhões do montante anteriormente pago pelo EFG. A resolução desse tema inclui o montante de CHF95 milhões previamente imposto pela FINMA ao BSI.

Em novembro de 2017, o Banco Pan S.A. aprovou um aumento de capital no valor de R$400 milhões. A Caixa Participações S.A. - CaixaPar ("CaixaPar") atribuiu ao Banco seus direitos de subscrição do aumento de capital e entrou em opções de compra/venda sobre 50% do aumento de capital. O Acordo de Acionistas do Banco Pan S.A. não foi modificado, e dessa forma, CaixaPar e BTG Pactual permanecerão como co-controladores do Banco Pan S.A. O aumento de capital do Banco Pan S.A. foi homologado pelo seu Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2018.

Em 31 de outubro de 2017, a BW Properties S.A., através de sua subsidiária BW1 Morumbi Empreendimento Imobiliário Ltda., concluiu a venda da parcela remanescente do empreendimento WT Morumbi pelo montante total de R$231,8 milhões.

Em 5 de outubro de 2017, o Banco adquiriu a Novaportfólio, empresa que detém ativos NPL do Banco BVA S.A., em liquidação extrajudicial, pelo montante de R$211 milhões.

3. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco compreendem as demonstrações contábeis do Banco, suas agências no exterior, empresas controladas, direta e indiretamente, no país e no exterior, bem como fundos de investimento e entidades de propósito específico (SPE), exceto a Novaportfólio.

A elaboração de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, provisão para passivos contingentes e mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco e suas controladas revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas pela Administração em 2 de maio de 2018, e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da evolução e resultados do Banco. A Administração avaliou a habilidade do Banco e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que os mesmos possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

a. Demonstrações contábeis consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações contábeis foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido, referentes às participações dos acionistas não controladores.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas controladas, estão apresentados em intangível, enquanto os deságios estão apresentados em resultados de exercícios futuros. Os ágios e deságios referentes a empresas de controle compartilhado, estão apresentados em investimentos.

A seguir estão apresentadas as controladas e fundos de investimentos, consolidados nas demonstrações:

		Participação no capital total - %	
	País	31/03/2018	31/12/2017
Controladas diretas			
BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Holding Participações S.A.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Holding Internacional S.A.	Brasil	99,99	99,99

	País	Participação no capital total - % 31/03/2018	31/12/2017
BTG Pactual Overseas Corporation	Cayman	100,00	100,00
BW Properties S.A.	Brasil	75,54	73,93
BTG Pactual Holding de Seguros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual S.A. Comisionista de Bolsa	Colombia	99,70	99,70
BTG Pactual Chile International Ltd.	Cayman	100,00	100,00
Banco BTG Pactual Luxembourg S.A.	Luxemburgo	100,00	100,00
BTG Pactual Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Banco Sistema S.A.	Brasil	99,84	99,84
BTGP-BSI LIMITED	Reino Unido	100,00	100,00
Enforce Gestão de Ativos S.A.	Brasil	70,00	70,00
BTG Pactual Corretora de Resseguros Ltda.	Brasil	100,00	100,00
ZB Consultoria Ltda	Brasil	99,99	-
Controladas indiretas			
BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.	Brasil	99,98	99,98
BTG Pactual WM Gestão de Recursos Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual Corporate Services Ltda.	Brasil	99,99	99,99
BTG Pactual NY Corporation	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Global Asset Management Limited	Bermuda	100,00	100,00
BTG Pactual Europe LLP	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Asset Management US, LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual US Capital, LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Asia Limited	Hong Kong	100,00	100,00
BTG Global Asset Management (UK) Limited	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00	100,00
Infra IX Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100,00	100,00
Banco BTG Pactual Chile S.A.	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile SPA	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital S.A.	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital S.A. Corredores de Bolsa	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital Administradora de Fondos de Inversion de Capital Extranjero S.A.	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Capital S.A. Administradora General de Fondos	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Servicios Financieros S.A.	Chile	100,00	100,00
Inmobiliaria BTG Pactual Chile Limitada	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Chile S.A. Administración de Activos	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Seguros de Vida	Chile	100,00	100,00
BTG Pactual Holding Delaware LLC	Delaware	100,00	100,00
BTG Pactual Peru Capital S.A. Sociedad Agente de Bolsa	Peru	100,00	100,00
BTG Pactual Peru Capital S.A. Sociedad Administradora de Fondos Inversion	Peru	100,00	100,00
BTG Pactual Perú S.A.C.	Peru	100,00	100,00
BTG Pactual Sociedad Fiduciaria (Colômbia) S.A.	Colombia	94,50	94,50
Laurel Sociedad Gestora Profissional S.A.S	Colombia	100,00	100,00
BTG Pactual E&P S.a.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
BTG Pactual Oil & Gas S.a.r.l.	Luxemburgo	100,00	100,00
TTG Brasil Investimentos Florestais Ltda.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Timberland Investments Group LLC	EUA	100,00	100,00
BTG Pactual Casa de Bolsa, S.A. de C.V.	México	100,00	100,00
BSPE Participações e Empreendimentos S.A.	Brasil	99,84	99,84
Bastec Tecnologia e Serviços Ltda.	Brasil	99,84	99,84
BTG Pactual UK Holdco Limited	Reino Unido	100,00	100,00
BTG Pactual Family Office S.A. de C.V.	México	100,00	100,00
BTG Pactual Gestora de Fondos SA de CV Operadora de Fondos de Inversion	México	100,00	100,00
Newco SEG Holding S.A.	Brasil	100,00	100,00
TTG Forestry Services LLC	EUA	100,00	100,00
N.A.S.S.P.E Empreendimentos e Participacoes S.A.	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Argentina S.A.	Argentina	100,00	100,00
BTG Pactual Real Estate Luxembourg Holding S.A.	Luxemburgo	100,00	100,00
BTG Pactual RE Income S.A.	Colombia	100,00	100,00
BTG Pactual Chile Asesorias Financieras	Chile	100,00	100,00
PFC Consultoria e Assessoria Empresarial Eireli	Brasil	100,00	-
Fundos de investimento			
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado LS Investimento no Exterior	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual International Portfolio Fund SPC - CLASS C	Cayman	100,00	100,00
BTG Pactual Global Fund LP	Cayman	100,00	100,00
BTGP Latam Fund LLC	Cayman	100,00	100,00
BTG Pactual Oil & Gas FIQ FIP	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Fundo de Investimento Imobiliário Ametista	Brasil	100,00	100,00
Warehouse Fundo de Investimento em Participação	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual Absolute Return Master Fund	Cayman	100,00	100,00
FIDC NP Alternative Assets I	Brasil	100,00	100,00
BTG Pactual ARF Equities Brasi FIA IE	Brasil	100,00	100,00
BTGP Int Fund II SPC - BTGPH Corp Hedge	Brasil	100,00	100,00
BTG PACTUAL RED FIP - Multimercado Investimento no Exterior	Brasil	100,00	100,00
FIM CP Energy	Brasil	51,48	-
FIM CP Vitória Fidelis	Brasil	100,00	-

b. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis consolidada estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional do Banco.

Os ativos e passivos de subsidiárias são convertidos como segue: (i) os ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; (ii) as receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal; (iii) os resultados de equivalência patrimonial de subsidiárias no exterior são reconhecidos da seguinte forma: para aquelas com moeda funcional igual ao Real, resultado do período e para aquelas com moeda funcional diferente do Real: a) Resultado do período - parcela referente ao resultado efetivo da subsidiária; e b) Patrimônio Líquido - parcela relativa aos ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão, líquida dos efeitos tributários.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão distribuídos nas linhas de ajuste da avaliação patrimonial.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas pelo Banco e por suas controladas diretas e indiretas são as seguintes:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos no BACEN remunerados, depósitos remunerados, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses, dívidas subordinadas e demais operações ativas e passivas

As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "*pro rata dia*" com base na taxa efetiva das operações.

c. Títulos e valores mobiliários

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, de 08 de novembro de 2001, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período.

(ii) Títulos disponíveis para venda

Não se enquadram como negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e posteriormente avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

Segundo a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários, classificados como títulos para negociação, são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independente de suas datas de vencimentos.

d. Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado; e

- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.

- *Hedge* de investimento líquido em operações no exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do período.

e. Valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações

O valor justo dos títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e demais direitos e obrigações, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado, modelos de avaliação de preços, ou ainda com base no preço determinado para outros instrumentos financeiros com características semelhantes. Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas ou incorridas. Os prêmios pagos ou recebidos na realização de operações no mercado de opções de ações, outros ativos financeiros e mercadorias são registrados nas respectivas contas patrimoniais pelos valores pagos ou recebidos, ajustados a preços de mercado em contrapartida do resultado.

As operações realizadas no mercado a termo de ativos financeiros e mercadorias são registradas pelo valor final contratado, deduzido de diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito ajustado a preços de mercado, na adequada conta de ativo ou passivo. As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o prazo de fluência dos contratos.

Os ativos e passivos decorrentes das operações de swap e de termo de moedas – dos contratos a termo sem entrega física (NDF) – são registrados em contas patrimoniais pelo valor contábil, ajustado ao valor de mercado, em contrapartida do resultado.

O valor nocional dos contratos é registrado em contas de compensação.

f. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios

Ativos financeiros permanecem no balanço da entidade que transferiu seus ativos quando a mesma mantém os riscos e benefícios relacionados a esse ativo. Nesse caso, um passivo financeiro é reconhecido.

h. Operações de crédito e outros créditos (operações com característica de concessão de crédito)

Registradas a valor presente, calculadas "*pro-rata dia*" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa do recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação e, no caso de já terem sido baixadas contra provisão, são integralmente provisionadas; os ganhos são reconhecidos na receita quando do efetivo recebimento.

i. Provisão para operações de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência.

- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito contra prejuízo são efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

- A provisão para créditos de liquidação duvidosa e de outros créditos é estimada com base em análise das operações e dos riscos específicos apresentados em cada carteira, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

j. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento mantidos pelas subsidiárias do Banco, das quais a principal atividade é o setor imobiliário, são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ajustes a valor justo são apurados considerando o valor justo da propriedade menos os custos atribuídos a ele, e reconhecidos no resultado.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado no mínimo anualmente, ou quando a Administração julgar relevante, e poderá utilizar avaliadores independentes capacitados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

k. Investimentos

As participações em coligadas e empresas com controle compartilhado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

l. Conversão de Moedas Estrangeiras

Vide nota 3b.

m. Ágio ou deságio

O ágio ou deságio são apurados com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido.

O ágio ou deságio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da entidade adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

O deságio é contabilizado no grupo de investimentos para coligadas e controladas em conjunto, e no resultado de exercícios futuros, para controladas.

n. Imobilizado de uso e ativo diferido

Registrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base no prazo de vida útil-econômica dos bens. Os gastos diferidos correspondem, principalmente, a benfeitorias em imóveis de terceiros. A amortização é calculada pelo método linear com base nos prazos estimados de utilização e/ou de locação.

o. Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 3.642, de 26 de novembro de 2008. Está composto por (i) ágio pago na aquisição de sociedades, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirente pela adquirida ou pela consolidação da companhia, e (ii) por direitos na aquisição de contratos de gestão de ativos, e (iii) softwares e benfeitorias em imóveis de terceiros. A amortização é calculada pelo método linear com base no período em que os direitos geram benefícios.

p. Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida como perda no resultado do exercício sempre que existirem evidências claras de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado no mínimo ao final de cada exercício.

Os ativos sujeitos a avaliação da redução do valor recuperável são deduzidos, quando aplicável, de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor entre valor em uso e valor justo menos custos para venda dos ativos. As principais estimativas utilizadas na determinação da provisão são: expectativa de fluxos de caixa futuros, taxas de descontos, iliquidez, entre outros.

q. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculada sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240 e de 20% para contribuição social das companhias financeiras.

r. Ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

São efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

i. Contingências ativas

Não são reconhecidas nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

ii. Contingências passivas

São reconhecidas nas informações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente.

s. Lucro por ação

É calculado com base na média ponderada de ações durante os períodos.

t. Reconhecimento de receita e despesa

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência.

5. Gerenciamento de risco

Os principais comitês/áreas envolvidas em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que aprova as políticas, define limites globais e é o último responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, avalia politicas, limites e monitoramento de risco; (iii) Comitê de capital e risco, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos Produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) Área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso *Chief Risk Officer* ("CRO"); (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de *Anti Money Laundry* ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) *Chief Financial Officer* ("CFO"), que é responsável por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis.

O Banco monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e o controle contínuos dos riscos promove a cultura de controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

a. Limites operacionais

	31/03/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	18.648.026	18.473.348
Ajuste de consolidação	54.465	54.465
Patrimônio Líquido Consolidado	18.702.491	18.527.813
Nível I	13.662.743	14.773.238
Capital Principal	10.678.516	11.752.635
Capital complementar	2.984.227	3.020.603
Nível II	2.294.593	2.369.416
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	15.957.336	17.142.654
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	8.428.245	8.787.351
Exposicao total ponderada pelo risco – (b)	97.718.787	94.998.390
Risco de Crédito	55.862.368	56.089.429
Risco Operacional	9.308.512	4.615.858
Risco de Mercado	32.547.907	34.293.103
Índice de Basiléia - (a/b)	16,3%	18,0%
Capital de Nível I	14,0%	15,5%
Capital de Nível II	2,3%	2,5%
Índice de consumo de Imobilização	60,3%	61,6%
Limite para imobilização (LI)	7.969.853	8.562.702
Situação para o limite de imobilização	4.807.284	5.272.947
Valor da margem ou insuficiência	3.162.569	32.879.755

As Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referencia, de nível I e de Capital Principal e a resolução nº 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nº 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nº 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e da Carta-Circular nº 3.498/11 para risco de mercado, e das Circulares nº 3.640/13 e 3.675/13 para risco operacional.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

No trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.

b. Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. Nós usamos simulação histórica com total remensuração dos instrumentos para o cálculo do VaR, preservando as distribuições reais e correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (*Greek aproximations*) e distribuições normais. Nosso VaR pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testado através de testes (*back-testing*) diários que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos e perdas realizados.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95% significa que existe uma possibilidade de um em vinte ocorrências de que as receitas líquidas de negociação serão abaixo do VaR estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em um único dia de negociação maior do que o VaR apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Deficiências em um único dia podem exceder o VaR apresentado por montantes significantes; e também podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do VaR é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de VaR e estimativas de distribuição estatística podem produzir VaR substancialmente diferente. Além disso, o VaR calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas com *hedges* no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos teste de estresse como um complemento do VaR em nossas atividades diárias de risco.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR do Banco para os trimestres findos em:

Em R$ milhões	**Março de 2018**	**Dezembro de 2017**	**Março de 2017**
Média diária do VaR	105,5	120,3	117,0

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco e suas controladas são estabelecidos pela área de Risco de Crédito e são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição total do Banco e suas controladas ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outras.

d. Risco de liquidez

O Banco e suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos através de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um grau de alavancagem. Além disso, eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

e. Risco operacional

Alinhado às orientações do BACEN e aos conceitos do comitê de Basileia, o Banco definiu uma política de gerenciamento de risco operacional aplicável ao Banco e as suas controladas no Brasil e no exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento do risco à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Banco e suas controladas têm uma forte cultura de gestão de risco operacional, que se baseia na avaliação, monitoramento, simulação e validação dos riscos e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências dos órgãos reguladores, adaptação rápida a mudanças e antecipação a tendências futuras, entre as quais podemos destacar as propostas no Novo Acordo de Capital da Basiléia.

6. Disponibilidades

O saldo desta rubrica refere-se basicamente a depósitos no exterior em bancos de primeira linha.

7. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/03/2018					31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	39.683.878	38.159.354	1.071.848	304.680	147.996	26.568.613
Posição bancada	7.961.695	7.297.923	663.772	-	-	3.107.558
Títulos públicos federais	7.471.299	6.813.613	657.686	-	-	2.940.700
Títulos corporativos	88.070	81.984	6.086	-	-	166.858
Título governo outros paises	402.326	402.326	-	-	-	-
Posição financiada	22.767.050	22.599.649	80.685	71.424	15.292	18.808.858
Títulos públicos federais	22.513.446	22.432.761	80.685	-	-	18.711.441
Títulos corporativos	24.858	24.858	-	-	-	97.417
Título governo outros paises	228.746	142.030	-	71.424	15.292	-
Posição vendida	8.955.133	8.261.782	327.391	233.256	132.704	4.652.197
Títulos públicos federais	5.449.698	5.181.887	267.811	-	-	4.652.197
Título governo outros paises	3.505.435	3.079.895	59.580	233.256	132.704	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (*)	1.265.077	1.213.694	51.383	-	-	1.223.674
Certificado de Depósito Interbancário	273.528	222.145	51.383	-	-	497.524
Aplicações em moeda estrangeira - *overnight*	991.549	991.549	-	-	-	726.150
Total	40.948.955	39.373.048	1.123.231	304.680	147.996	27.792.287

(*) O saldo refere-se, basicamente, a depósitos interfinanceiros em bancos de primeira linha.

O valor de lastro recebido nas operações compromissadas montavam a R$42.069.047 (31 de dezembro de 2017 - R$34.410.680), e os lastros cedidos montavam a R$34.868.472 (31 de dezembro de 2017 - R$33.951.141).

8. Títulos e valores mobiliários

a. Resumo por tipo de carteira

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento contratual e tipo da carteira de títulos e valores mobiliários:

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Carteira própria	17.453.420	16.617.769	3.016.394	936.833	2.099.782	317.286	10.247.474	16.210.815
Títulos públicos federais	2.117.479	2.117.480	725.769	265.246	554.969	166.532	404.964	1.081.671
Títulos da dívida externa brasileira	7.004	7.040	-	-	-	410	6.630	-
Debêntures/Eurobonds (i)	836.510	567.074	-	-	567.074	-	-	776.075
Quotas de fundos de investimento								
Ações	869.730	845.156	785.563	-	-	-	59.593	-
Multimercado	2.412.773	2.303.610	643.804	41.284	354.240	-	1.264.282	5.030.807
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	104.890	110.781	5.891	-	-	-	104.890	49.913
Fundos de Investimento em Imobiliário (FII)	99.662	99.662	37.412	-	-	-	62.250	57.107
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	224.932	255.317	30.385	-	-	-	224.932	398.113
Ações	7.559.033	7.862.954	480.560	247.179	-	-	7.135.215	5.524.664
Certificado de recebíveis imobiliários	368.423	308.831	-	-	308.831	-	-	380.060
Outros	32.702	1.996	-	-	1.445	-	551	-
Títulos emitidos por governos de outros países	999.272	647.344	165.568	268.887	171.392	26.248	15.249	944.887
Títulos privados no exterior	1.821.010	1.490.524	141.442	114.237	141.831	124.096	968.918	1.967.518
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	308.416	312.650	-	3.436	269.929	7.856	31.429	144.227
Títulos públicos federais	308.416	312.650	-	3.436	269.929	7.856	31.429	144.227

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Vinculados a compromissos de recompra	8.831.861	9.588.092	-	396.140	4.457.336	356.472	4.378.144	8.730.358
Títulos públicos federais	3.117.506	3.119.678	-	385.918	2.592.020	2.810	138.930	6.729.304
Títulos da dívida externa brasileira	187.755	185.543	-	-	-	-	185.543	-
Certificado de recebíveis imobiliários	28.934	25.992	-	-	25.992	-	-	-
Títulos emitidos por governos de outros países	4.059.912	4.943.966	-	-	1.002.939	338.046	3.602.981	1.255.784
Outros	31.678	27.524	-	-	27.524	-	-	-
Títulos privados no exterior	579.063	522.058	-	10.222	45.530	15.616	450.690	162.356
Debêntures / Eurobonds (i)	827.013	763.331	-	-	763.331	-	-	582.914
Vinculados à prestação de garantias	2.822.335	3.935.550	1.151.566	324.629	1.195.195	307.166	956.994	2.757.792
Títulos públicos federais	1.973.404	1.956.220	-	298.657	1.179.099	307.166	171.298	1.531.613
Quotas de fundos de investimentos								
Multimercado	405.216	423.365	-	-	-	-	423.365	352.549
Ações	28.641	28.641	28.641	-	-	-	-	-
Certificado de crédito bancário	-	-	-	-	-	-	-	54.578
Certificado de recebíveis imobiliários	11.810	11.810	-	-	11.810	-	-	14.463
Ações	349.410	1.461.660	1.099.329	-	-	-	362.331	768.404
Títulos privados no exterior	53.854	53.854	23.596	25.972	4.286	-	-	36.185
Títulos para negociação	23.668.299	24.997.035	4.167.960	1.661.038	3.251.887	781.928	15.134.222	21.447.791
Títulos disponíveis para venda	1.992.989	1.702.282	-	-	1.368.902	-	333.380	1.925.303
Títulos mantidos até o vencimento	3.754.744	3.754.744	-	-	3.401.453	206.852	146.439	4.470.098
Total	29.416.032	30.454.061	4.167.960	1.661.038	8.022.242	988.780	15.614.041	27.843.192

(i) Substancialmente títulos de emissão de companhias brasileiras.

b. Títulos para negociação

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Carteira própria	16.330.055	15.721.429	3.016.394	936.833	1.506.021	317.286	9.944.895	14.926.351
Títulos públicos federais	2.117.479	2.117.480	725.769	265.246	554.969	166.532	404.964	1.081.671
Títulos da dívida externa brasileira	7.004	7.040	-	-	-	410	6.630	-
Debêntures/Eurobonds	293.720	252.510	-	-	252.510	-	-	363.350
Quotas de fundos de investimento								
Ações	869.730	845.156	785.563	-	-	-	59.593	-
Multimercado	2.412.773	2.303.610	643.804	41.284	354.240	-	1.264.282	5.030.807
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)	104.890	110.781	5.891	-	-	-	104.890	49.913
Fundos de Investimento em Imobiliário (FII)	99.662	99.662	37.412	-	-	-	62.250	57.107
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	109.589	139.974	30.385	-	-	-	109.589	229.527
Ações	7.559.033	7.862.954	480.560	247.179	-	-	7.135.215	5.524.664
Certificado de recebíveis imobiliários	81.933	29.634	-	-	29.634	-	-	44.412
Outros	31.783	1.558	-	-	1.445	-	113	-
Títulos emitidos por governos de outros países	999.272	647.344	165.568	268.887	171.392	26.248	15.249	792.019
Títulos privados no exterior	1.643.187	1.303.726	141.442	114.237	141.831	124.096	782.120	1.752.881
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação	308.416	312.650	-	3.436	269.929	7.856	31.429	144.227
Títulos públicos federais	308.416	312.650	-	3.436	269.929	7.856	31.429	144.227
Vinculados a compromissos de recompra	5.460.388	6.280.301	-	396.140	1.149.545	356.472	4.378.144	4.513.147
Títulos públicos federais	573.046	575.218	-	385.918	47.560	2.810	138.930	3.095.007
Títulos da dívida externa brasileira	187.755	185.543	-	-	-	-	185.543	-
Certificado de recebíveis imobiliários	28.934	25.992	-	-	25.992	-	-	-
Títulos emitidos por governos de outros países	4.059.912	4.943.966	-	-	1.002.939	338.046	3.602.981	1.255.784
Outros	31.678	27.524	-	-	27.524	-	-	-
Títulos privados no exterior	579.063	522.058	-	10.222	45.530	15.616	450.690	162.356
Vinculados à prestação de garantias	1.569.440	2.682.655	1.151.566	324.629	326.392	100.314	779.754	1.864.066
Títulos públicos federais	763.120	745.936	-	298.657	322.106	100.314	24.859	695.812
Quotas de fundos de investimentos								
Multimercado	374.415	392.564	-	-	-	-	392.564	309.087
Ações	28.641	28.641	28.641	-	-	-	-	-
Certificado de crédito bancário	-	-	-	-	-	-	-	54.578
Ações	349.410	1.461.660	1.099.329	-	-	-	362.331	768.404
Títulos privados no exterior	53.854	53.854	23.596	25.972	4.286	-	-	36.185
Total	23.668.299	24.997.035	4.167.960	1.661.038	3.251.887	781.928	15.134.222	21.447.791

c. Títulos disponíveis para venda

	31/03/2018							31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Mercado
Carteira própria	1.123.365	896.340	-	-	593.761	-	302.579	1.284.464
Quotas de fundos de investimento								
Fundos de Investimento em Participações (FIP)	115.343	115.343	-	-	-	-	115.343	168.586
Debêntures	542.790	314.564	-	-	314.564	-	-	412.725
Certificado de recebíveis imobiliários	286.490	279.197	-	-	279.197	-	-	335.648
Títulos emitidos por governos de outros países	-	-	-	-	-	-	-	152.868
Títulos privados no exterior	177.823	186.798	-	-	-	-	186.798	214.637
Outros	919	438	-	-	-	-	438	-
Vinculados a compromissos de recompra	827.013	763.331	-	-	763.331	-	-	582.914
Debêntures	827.013	763.331	-	-	763.331	-	-	582.914
Vinculados à prestação de garantias	42.611	42.611	-	-	11.810	-	30.801	57.925
Quotas de fundos de investimentos Multimercado	30.801	30.801	-	-	-	-	30.801	43.462
Certificado de recebíveis imobiliários	11.810	11.810	-	-	11.810	-	-	14.463
Total	1.992.989	1.702.282	-	-	1.368.902	-	333.380	1.925.303

d. Títulos mantidos até o vencimento

	31/03/2018						31/12/2017
	Valor contábil	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil
Vinculados a compromissos de recompras	2.544.460	-	-	2.544.460	-	-	3.634.297
Títulos públicos federais	2.544.460	-	-	2.544.460	-	-	3.634.297
Vinculados à prestação de garantias	1.210.284	-	-	856.993	206.852	146.439	835.801
Títulos públicos federais	1.210.284	-	-	856.993	206.852	146.439	835.801
Total	3.754.744	-	-	3.401.453	206.852	146.439	4.470.098

Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam no trimestre findo em 31 de março de 2018 um ajuste no valor positivo de R$41.150 (31 de dezembro de 2017 – R$198.515 negativo).

O Banco possui intenção e capacidade financeira para manutenção de tais ativos até o vencimento.

e. Reclassificação de títulos e valores mobiliários

A administração classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com sua intenção de negociação. No trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas intenções, por parte da Administração.

9. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e suas controladas participam ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Certos instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nestas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, estabelecimento de estratégias, determinação de limites, entre outras técnicas de monitoramento. Os limites de exposição ao risco são determinados pelo Comitê/áreas de Riscos e por tipos de instrumento e concentração de contraparte, entre outros.

As operações no Brasil são negociadas, registradas ou custodiadas na B3 S.A., quando realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Banco utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico tais como opção, termo, futuro e *swap* com ajuste periódico. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de *hedge* das posições da tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira, sempre que os comitês/áreas de monitoramento de riscos julguem necessário.

No trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a estratégia de *hedge* investimento líquido no exterior do Banco, consiste em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, proveniente da moeda funcional da operação no exterior em relação a moeda funcional do Banco.

	31/03/2018		
	Instrumento de *hedge*		
	Valor nominal	Mercado (i)	Objeto do *hedge*
Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	11.373.045	(122.807)	5.940.508

	31/12/2017		
	Instrumento de *hedge*		
	Valor nominal	Mercado (i)	Objeto do *hedge*
Hedge de Investimento Líquido em Operações no Exterior	12.256.669	(313.585)	6.164.992

(i) Registrado no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixa futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Banco utiliza contratos de futuro, ativos financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

a. Registrados em contas de compensação e patrimoniais

Os valores nocionais das operações com instrumentos financeiros são registrados em contas de compensação e os ajustes/prêmios em contas patrimoniais. As posições assumidas decorrentes de operações com instrumentos financeiros derivativos, demonstradas a seguir, consideram as disposições da Circular BACEN nº 3.641/13, que determina a exclusão dos contratos em moeda, ouro e outros ativos vinculados à exposição cambial, vincendos no primeiro dia útil subsequente à data da apuração da exposição cambial. As pontas a receber e a pagar são apresentadas separadamente para os derivativos de *Swap*, *Non-Deliverable Forward* (“NDF”) e *Deliverable Forward* (“DF”) no quadro abaixo.

	31/03/2018				31/12/2017
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	482.477	1.620.436	88.432	2.191.345	124.495
Moeda	10.889	-	-	10.889	-
Taxa de juros	239.276	-	-	239.276	-
Commodities	99.263	-	-	99.263	-
Outros	133.049	1.620.436	88.432	1.841.917	124.495
Posição vendida	1.967.394	818.654	1.523.563	4.309.611	95.275
Moeda	35.229	-	-	35.229	-
Taxa de juros	1.248.177	-	-	1.248.177	-
Commodities	6.362	-	-	6.362	-
Índices	-	-	32	32	-
Outros	677.626	818.654	1.523.531	3.019.811	95.275
Swap					
Posição ativa	15.311.760	13.491.448	20.576.748	49.379.956	137.596.593
Moeda	2.662.358	442.690	2.794.032	5.899.080	4.581.902
Taxa de juros	9.892.545	12.586.722	13.811.682	36.290.949	121.745.570
Índices	1.327.935	90.001	2.999.958	4.417.894	6.776.035
Ação	344.288	347.351	729.301	1.420.940	520.566
Commodities	18.487	15.464	-	33.951	20.831
Outros	1.066.147	9.220	241.775	1.317.142	3.951.689
Posição passiva	15.311.760	13.491.448	20.576.748	49.379.956	137.596.593
Moeda	2.338.898	47.811	1.301.670	3.688.379	4.581.903
Taxa de juros	9.746.324	12.852.191	13.997.678	36.596.193	124.956.799
Índices	2.473.508	402.036	4.344.638	7.220.182	6.805.004
Ação	253.396	71.717	329.407	654.520	479.478
Outros	499.634	117.693	603.355	1.220.682	773.409
Derivativos de crédito					
Posição ativa	648.141	39.221	2.045.965	2.733.327	138.274
Soberano	631.522	-	1.962.870	2.594.392	-
Corporativo	16.619	39.221	83.095	138.935	138.274
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	36.705.076	10.843.431	4.819.556	52.368.063	70.920.709
Moeda	32.132.732	8.466.388	105.874	40.704.994	41.513.210
Commodities	2.411.816	2.184.725	4.713.682	9.310.223	27.434.820
Taxa de juros	2.160.528	192.318	-	2.352.846	1.972.679
Posição passiva	36.703.668	10.843.431	4.819.556	52.366.655	70.920.709
Moeda	31.214.158	8.455.862	46.405	39.716.425	41.513.210
Commodities	2.411.816	2.184.725	4.713.682	9.310.223	27.434.820
Taxa de juros	3.073.267	195.252	59.469	3.327.988	1.972.679
Outros	4.427	7.592	-	12.019	-
Contratos a termo - DF	-	-	-		
Posição ativa	11.175.229	883.003	101.411	12.159.643	9.968.321
Moeda	11.175.229	883.003	101.411	12.159.643	9.968.321
Posição passiva	11.175.229	883.003	101.411	12.159.643	9.968.321
Moeda	11.175.229	883.003	101.411	12.159.643	9.968.321
Operações a Termo					
Posição ativa	3.242.309	-	-	3.242.309	1.037.415
Taxa de juros	1.400.522	-	-	1.400.522	716.003
Título Público	1.841.787	-	-	1.841.787	321.412
Posição passiva	3.242.309	-	-	3.242.309	1.037.415
Taxa de juros	1.841.787	-	-	1.841.787	321.412
Título Público	1.400.522	-	-	1.400.522	716.003
Mercado de opções					
Compra de opção de compra	20.604.645	276.519	43.406	20.924.570	11.754.348
Ação	129.992	268.087	-	398.079	354.955
Moeda	7.345.414	19	-	7.345.433	8.041.827
Corporativo	-	-	1.246	1.246	2.492
Índices	1.007.254	8.413	42.160	1.057.827	621.380
Taxa de Juros	12.121.985	-	-	12.121.985	2.733.694
Compra de opção de venda	12.599.118	8.764.266	42.160	21.405.544	38.513.893
Ação	18.629	88.081	-	106.710	274.612
Índices	361.762	8.219	42.160	412.141	493.041
Corporativo	-	-	-	-	224.922
Moeda	6.916.674	3.564.011	-	10.480.685	9.927.326
Taxa de Juros	5.302.053	5.103.955	-	10.406.008	27.593.992

	31/03/2018				31/12/2017
Venda de opção de compra	15.162.046	114.863	78.976	15.355.885	7.903.951
Ação	18.929	15.283	30.747	64.959	147.153
Moeda	3.367.252	-	-	3.367.252	6.010.753
Taxa de Juros	11.553.615	-	-	11.553.615	-
Índices	222.250	99.580	48.229	370.059	1.746.045
Venda de opção de venda	8.835.743	7.859.771	316	16.695.830	31.390.297
Ação	21.408	266	-	21.674	336.537
Índices	61.685	8.340	316	70.341	82.645
Moeda	3.265.212	2.747.210	-	6.012.422	5.912.423
Taxa de Juros	5.487.438	5.103.955	-	10.591.393	25.058.692

b. Por valor de custo e mercado

	31/03/2018					31/12/2017
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total
Futuros						
Posição ativa	127.545	127.545	136	-	127.409	101.355
Posição passiva	137.493	137.493	3.233	-	134.260	83.527
Swaps						
Posição ativa	489.120	923.899	189.250	167.101	567.548	1.204.189
Posição passiva	629.583	1.067.059	244.473	117.922	704.664	1.437.598
Derivativos de crédito						
Posição ativa	210.136	152.944	15.406	2.369	135.169	142.712
Posição passiva	9.460	9.459	9.007	452	-	46.316
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	219.297	1.909.759	719.129	425.305	765.325	1.901.085
Posição passiva	277.772	1.339.137	719.919	419.705	199.513	2.252.027
Contratos a termo - DF						
Posição ativa	7.527.051	7.529.396	6.949.052	554.884	25.460	9.738.461
Posição passiva	7.465.353	7.466.633	6.890.431	551.168	25.034	9.796.835
Operação a termo						
Posição ativa	-	3.488.082	3.488.082	-	-	521.056
Posição passiva	-	3.472.912	3.472.912	-	-	518.537
Mercado de opções						
Posição ativa	883.079	879.184	795.253	21.608	62.323	835.982
Posição passiva	80.181	63.491	50.669	6.678	6.144	26.932
Posição ativa	**9.456.228**	**15.010.809**	**12.156.308**	**1.171.267**	**1.683.234**	**14.444.840**
Posição passiva	**8.599.842**	**13.556.184**	**11.390.644**	**1.095.925**	**1.069.615**	**14.161.772**

c. Valor do nocional por contraparte

	31/03/2018					31/12/2017
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras (i)	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição ativa	-	2.191.345	-	-	2.191.345	124.495
Posição passiva	-	4.309.611	-	-	4.309.611	95.275
Swap						
Posição ativa	1.165.556	46.098.980	2.098.518	16.902	49.379.956	137.596.593
Posição passiva	1.165.556	46.098.980	2.098.518	16.902	49.379.956	137.596.593
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	2.733.327	-	-	2.733.327	138.274
Posição passiva	-	-	-	-	-	-
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	41.900.759	10.316.879	150.425	52.368.063	70.920.709
Posição passiva	-	41.899.351	10.316.879	150.425	52.366.655	70.920.709
Contratos a termo - DF						
Posição ativa	-	12.159.643	-	-	12.159.643	9.968.321
Posição passiva	-	12.159.643	-	-	12.159.643	9.968.321
Operações a termo						
Posição ativa	-	3.242.309	-	-	3.242.309	1.037.415
Posição passiva	-	3.242.309	-	-	3.242.309	1.037.415
Mercado de opções						
Posição ativa	-	42.328.558	1.246	310	42.330.114	50.268.241
Posição passiva	311.101	31.706.155	-	34.459	32.051.715	39.294.248
Posição ativa	**1.165.556**	**150.654.921**	**12.416.643**	**167.637**	**164.404.757**	**270.054.048**
Posição passiva	**1.476.657**	**139.416.049**	**12.415.397**	**201.786**	**153.509.889**	**258.912.561**

(i) Incluem fundos de investimentos.

d. Derivativos de crédito

	31/03/2018	31/12/2017
Swap de crédito		
Risco transferido		
Soberano	2.594.392	-
Corporativo	138.935	-
Risco recebido		
Soberano	-	138.274
Corporativo	-	-
	2.733.327	138.274

No trimestre findo em 31 de março de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

De acordo com resoluções do CMN, o efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em 31 de março de 2018 é de R$249.585 (31 de dezembro de 2017 – R$200.725).

e. Margens dadas em garantia

A margem de garantia dada em operações negociadas na B3 S.A. e outras bolsas de valores com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais e títulos soberanos e outros no montante de R$2.065.819 (31 de dezembro de 2017 – R$1.849.183) e ações no montante de R$1.461.660 (31 de dezembro de 2017 – R$765.032).

f. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- *Swaps* – seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxas de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas e etc).

- Futuros e Termos – cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos ao acima descritos para *swaps*.

- Opções – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como *Black & Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos estes dados são obtidos utilizando diferentes fontes (normalmente preços de *brokers* e corretoras, *Bloomberg*, *Reuters*).

- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados de mercado que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos utilizando diferentes fontes (normalmente preços de mercado, *Bloomberg*, *Reuters*).

- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais da Companhia têm. As ações são calculadas com base nos preços fornecidos pela B3 S.A. As cotas de fundos são valorizadas considerando preços das cotas divulgadas pelo custodiante.

- Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

10.Operações de crédito

As operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. Essa classificação leva em consideração entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

A provisão para perdas em operações de crédito é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela referida Resolução.

As operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito podem ser assim demonstradas:

a. Operações de crédito

i. Por modalidade de crédito

Modalidade de crédito	31/03/2018		31/12/2017	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Empréstimos	10.802.134	(722.150)	9.439.841	(619.973)
Financiamentos	946.867	(105.245)	913.181	(100.029)
FINAME/BNDES	2.838.279	(14.042)	2.817.560	(13.915)
Financiamento de títulos e valores mobiliários	158.329	-	156.011	-
Créditos cedidos com coobrigação (i)	128.227	-	433.527	-
Total	14.873.836	(841.437)	13.760.120	(733.917)

(i) Refere-se a créditos cedidos como lastro, vinculadas a operações compromissadas.

ii. Por nível de risco e prazo de vencimento

Nível de risco	31/03/2018						31/12/2017	
	Vencidas	A vencer			Total	Provisão	Total	Provisão
		Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses				
AA	26.316	1.949.153	116.854	3.889.095	5.981.418	-	5.565.057	-
A	3.632	2.572.553	272.524	104.143	2.952.852	(15.317)	3.225.616	(15.681)
B	27.685	332.523	372.151	1.394.364	2.126.723	(21.331)	1.488.641	(15.027)
C	64.573	3.536	171.124	866.117	1.105.350	(55.659)	1.138.577	(56.297)
D	31.241	974.346	15.029	794.719	1.815.335	(252.690)	1.596.454	(200.976)
E	45.651	67.950	20.086	90.595	224.282	(67.285)	91.108	(27.567)
F	384.786	3.247	134.053	10.823	532.909	(306.322)	563.173	(327.161)
G	9.646	11.550	11.550	7.700	40.446	(28.312)	964	(675)
H	19.187	14.971	11.083	49.280	94.521	(94.521)	90.530	(90.533)
Total	612.717	5.929.829	1.124.454	7.206.836	14.873.836	(841.437)	13.760.120	(733.917)

iii. Por setor de atividade

Setor	31/03/2018	31/12/2017
Comércio	1.630.593	1.332.948
Indústria	2.629.408	2.404.767
Serviços	9.530.202	9.101.734
Rural	304.781	397.686
Pessoas Físicas	778.852	522.985
Total	14.873.836	13.760.120

b. Outros créditos – com característica de cessão de crédito

Composto, exclusivamente por títulos e créditos a receber, referentes a operações de aquisição de direitos creditórios e operações de recebíveis cedidos, podem ser assim demonstradas:

i. Por nível de risco e faixa de vencimento

	31/03/2018						31/12/2017	
		A vencer						
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	-	-	-	-	-	4.314	-
C	-	54.283	-	-	54.283	(1.628)	51.621	(1.549)
F	-	21.134	-	-	21.134	(10.567)	20.547	(10.273)
Total	-	75.417	-	-	75.417	(12.195)	76.482	(11.822)

ii. Por setor de atividade

Setor	31/03/2018	31/12/2017
Indústria	75.417	76.482
Total	75.417	76.482

c. Adiantamento de contrato de câmbio

i. Por nível de risco e faixa de vencimento

	31/03/2018						31/12/2017	
		A vencer						
Nível de risco	Vencidas	Em até 6 meses	De 6 a 12 meses	Após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	27.487	-	-	27.487	-	28.602	-
B	-	149.544	166.160	-	315.704	(3.199)	113.765	(1.173)
C	33.232	20.462	26.434	-	80.128	(3.112)	124.445	(4.836)
D	-	27.084	3.344	-	30.428	(6.027)	30.074	(5.869)
Total	33.232	224.577	195.938	-	453.747	(12.338)	296.886	(11.878)

ii. Por setor de atividade

Setor	31/03/2018	31/12/2017
Indústria	317.074	126.682
Serviços	136.673	170.204
Total	453.747	296.886

d. Concentração de crédito

	31/03/2018	%	31/12/2017	%
Maiores devedores				
10 maiores devedores	7.397.842	48%	6.578.322	48%
20 seguintes maiores devedores	2.125.033	14%	2.011.713	14%
50 seguintes maiores devedores	2.317.483	15%	2.138.088	15%
100 seguintes maiores devedores	2.242.342	15%	2.029.656	14%
200 seguintes maiores devedores	1.129.394	7%	1.171.901	8%
500 seguintes maiores devedores	176.747	1%	187.496	1%
Acima de 500 maiores devedores	14.159	0%	16.312	0%
Total	15.403.000	100%	14.133.488	100%

e. Provisão

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos com característica de crédito durante os trimestres foi a seguinte:

	31/03/2018	31/03/2017
Saldos iniciais	(1.019.472)	(835.069)
Reversão/(constituição) de provisão	(351)	(16.687)
Renegociação de créditos baixados para prejuízo	(31.015)	(369.084)
Provisões para garantias prestadas	(1.014)	(10.892)
Variação cambial de saldo	(280)	(86.073)
Créditos baixados para prejuízo	5.819	11.388
Saldos finais	(1.046.313)	(1.306.417)
Composição dos saldos finais		
Provisão para operações de crédito	(841.437)	(1.058.857)
Provisão para outros créditos (Nota 10 (b))	(12.195)	(12.507)
Provisão para adiantamento de contrato de câmbio (Nota 10 (c))	(12.338)	(30.819)
Provisão para garantias prestadas (Nota 16 (c))	(180.343)	(204.234)
	(1.046.313)	(1.306.417)

f. Renegociação/recuperação de créditos baixados para prejuízo

Na carteira de crédito houve R$131.868 referente a renegociações no trimestre findo em 31 de março de 2018 (31 de dezembro de 2017 – R$1.722.196). No trimestre findo em 31 de março de 2018 houve R$3.760 referente à recuperação de créditos baixados para prejuízo (31 de dezembro de 2017 – R$145.835).

11.Outros créditos/outras obrigações

a. Carteira de câmbio

	31/03/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Câmbio comprado/vendido a liquidar	3.944.077	5.995.604	810.886	11.177.659
Direitos sobre venda de câmbio	6.081.565	-	11.193.962	-
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio	7.805	(445.942)	2.897	(293.989)
(-) Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	(366)	-	-	-
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(543)	-	(37)	-
Obrigações por compra de câmbio	-	4.060.174	-	890.133
Total	10.032.538	9.609.836	12.007.708	11.773.803
Circulante	10.032.538	9.609.836	12.007.708	11.773.803
Longo prazo	-	-	-	-

As garantias oferecidas em operações de câmbio realizadas com intermediação da B3 S.A., estão representadas por títulos públicos federais no montante de R$408.071 (31 de dezembro de 2017 - R$143.577).

b. Negociação e intermediação de valores

	31/03/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registros e liquidação	701.022	468.545	372.741	264.839
Ativos / passivos financeiros a liquidar	4.199	624.371	-	64
Devedores/credores - conta liquidações pendentes	8.422.838	6.954.593	3.023.323	1.467.741
Credores por empréstimos de ações	-	10.312	-	570.106
Corretagens e comissões a pagar	-	20	-	203
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	370.380	3.139.413	202.174	1.929.630
Intermediação de swap	133	-	129	-
Total	9.498.572	11.197.254	3.598.367	4.232.583
Circulante	9.498.572	11.197.254	3.598.367	4.232.583
Longo prazo	-	-	-	-

A rubrica "Liquidação pendentes" representa, basicamente, valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativos a operações de compra e venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3 S.A., e, quando no exterior, em corretoras de primeira linha, por conta própria e de terceiros.

A rubrica "Outras obrigações por negociação e intermediação de valores" representa, basicamente, no ativo, por valores a receber decorrentes da liquidação de ativos financeiros a prazo, e no passivo, representados por obrigações por operações de vendas de títulos emitidos por governos de outros países, a serem liquidadas dentro do prazo regulamentar.

12. Outros créditos

a. Rendas a receber

	31/03/2018	31/12/2017
Dividendos e bonificações	35.757	51.974
Serviços prestados a receber	81.978	89.614
Direitos sobre venda de energia	1.535.068	1.925.051
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	299.595	412.319
Taxa de distribuição	5.191	4.330
Comissões de fianças	26.569	26.675
Total	1.984.158	2.509.963
Circulante	1.984.158	2.509.963
Longo prazo	-	-

b. Diversos

	31/03/2018	31/12/2017
Ativo fiscal diferido - imposto de renda e contribuição social (nota 18)	4.413.241	4.411.458
Ativo fiscal diferido - Outros	184.082	209.297
Devedores diversos (i)	1.835.379	3.034.267
Depósitos judiciais	1.519.205	1.497.424
Impostos a compensar	573.133	2.875.359
Títulos e créditos a receber		
Com característica de concessão de crédito (nota 10 b)	75.417	76.482
Sem característica de concessão de crédito (ii)	746.306	697.091
Propriedade para investimento	496.245	554.525
Adiantamentos e antecipações salariais	28.805	24.746
Adiantamentos a fornecedores	2.146	108.237
Outros	113.057	198.004
Total	9.987.016	13.686.890
Circulante	1.174.489	1.234.239
Longo prazo	8.812.527	12.452.651

(i) Inclui valores a receber pela alienação de investimentos.
(ii) Em 31 de março de 2018, esta rubrica possuia o valor de R$42.159 (31 de dezembro de 2017 – R$113.911), referente a provisão para perdas, registrado em "Outros créditos – Provisão para perdas em outros créditos".

13.Participações em coligadas e empresas com controle compartilhado

	Coligadas e empresas com controle compartilhado					
	Patrimônio líquido		Lucro Líquido / (Prejuízo)		Participação	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/12/2017
No país						
Banco Pan S.A.	3.758.292	3.555.824	34.429	3.669	50,59%	40,35%
Warehouse 1 Empreendimentos Imobiliários S.A.	35.380	34.337	667	-	35,00%	35,00%
Pan Seguros S.A.	605.766	616.112	17.585	8.699	51,00%	51,00%
Pan Corretora S.A.	49.545	54.486	3.063	3.880	51,00%	51,00%
No exterior						
Engelhart CTP Group S.A.	2.479.903	2.260.025	209.083	293.658	19,52%	19,44%
EFG International (i) (ii)	7.146.953	7.146.953	71.107	-	30,00%	30,00%

(i) Informações preliminares do EFG International, com base na ultimas demonstrações contábeis divulgadas, para a data-base de 31 de dezembro de 2017.
(ii) Em 31 de março de 2018, o percentual de participação do investimento no EFG inclui *total return swap* no montante de CHF46.686.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas
31 de março de 2018
(Em milhares de reais)

	Movimentação dos investimentos								
	31/12/2017	**Aquisição / Aporte / Transferência/ (Vendas)**	**Dividendos pagos**	**Efeito de mudanças de práticas contábeis realizado por investida (iii)**	**Ajuste de avaliação patrimonial (iv)**	**Variação cambial**	**Resultado de Participação**	**31/03/2018**	**Resultado de Participação de 31/03/2017**
No país									
Banco Pan S.A.	1.341.299	542.698	(8.667)	-	(22)	-	25.191	1.900.499	1.481
Deságio - Banco Pan S.A.	(56.884)	(161.499)	-	-	-	-	-	(218.383)	-
Warehouse 1 Empreendimentos Imobiliários S.A.	12.017	-	-	-	-	-	365	12.382	-
Pan Corretora S.A.	27.787	-	(4.084)	-	-	-	1.564	25.267	1.979
Pan Seguros S.A.	314.214	-	(14.465)	-	212	-	8.968	308.929	4.437
Outros	5.909	(975)	-	-	-	-	(86)	4.848	(10)
Total	1.644.342	380.224	(27.216)	-	190	-	36.002	2.033.542	7.887
No exterior									
BTG Pactual Holding S.A.R.L. (i) (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	6.729
Maybroke Holding S.A. (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	11.722
Engelhart CTP Group S.A. (i)	439.972	-	-	-	-	3.689	40.323	483.984	93.455
EFG International (i)	2.105.513	-	-	(508.682)	208.355	48.362	(82.166)	1.771.382	-
Ágio - EFG International (i)	1.029.756	-	-	-	-	39.067	(30.285)	1.038.538	(50.544)
	3.575.241	-	-	(508.682)	208.355	91.118	(72.128)	3.293.904	61.362
Total	5.219.583	380.224	(27.216)	(508.682)	208.545	91.118	(36.126)	5.327.446	69.249

(i) A diferença entre o resultado de participação do Banco na controlada e o lucro líquido da controlada é referente à variação cambial.
(ii) Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o saldo do investimento em BTG Pactual Holding S.A.R.L., foi transferido para o grupo de títulos e valores mobiliários.
(iii) Vide nota 2.
(iv) Inclui efeitos reconhecidos pelo EFG em seu Patrimônio Líquido, decorrentes de ajustes acumulados de conversão, além de ganhos relacionados a planos de pensão.

14.Intangível

		Movimentação do Intangível				
	31/12/2017	Aquisições / Transferência	Baixa	Amortizações	Variação cambial	31/03/2018
Ágio	**36.351**	**1.377**	**(300)**	**(9.160)**	**(163)**	**28.105**
Custo	1.057.494	1.377	(23.300)	-	4.130	1.039.701
Amortização acumulada	(1.021.143)	-	23.000	(9.160)	(4.293)	(1.011.596)
Outros Ativos Intangíveis	**169.482**	**-**	**-**	**-**	**8.674**	**178.156**
Custo	430.902	-	-	-	29.700	460.602
Amortização acumulada	(261.420)	-	-	-	(21.026)	(282.446)
Total	205.833	1.377	(300)	(9.160)	8.511	206.261

O prazo de amortização do intangível é de 5 anos.

15.Captações de recursos e obrigações por empréstimos e repasses

a. Resumo

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos	19.043.356	13.515.561	4.543.733	816.641	167.421	-	9.178.313
Captações no mercado aberto	41.991.517	33.921.171	238.004	226.787	1.411.755	6.193.800	33.890.221
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.130.918	1.032.018	1.561.457	3.634.033	3.106.872	796.538	10.289.546
Obrigações por empréstimos e repasses	5.202.116	2.404.664	206.409	296.546	155.626	2.138.871	4.729.925
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	9.348.349	652.772	941.651	2.626.885	2.135.921	2.991.120	9.360.546
Total	85.716.256	51.526.186	7.491.254	7.600.892	6.977.595	12.120.329	67.448.551

b. Depósitos

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Depósitos à vista	363.823	363.823	-	-	-	-	441.320
Depósitos interfinanceiros	243.903	88.594	111.094	43.095	1.120	-	136.840
Depósitos à prazo	18.435.630	13.063.144	4.432.639	773.546	166.301	-	8.600.153
Total	19.043.356	13.515.561	4.543.733	816.641	167.421	-	9.178.313

c. Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto têm lastro nos seguintes títulos:

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Carteira própria	9.203.913	5.036.022	217.190	226.787	616.192	3.107.722	9.308.876
Títulos públicos federais	3.056.229	126	671	16.027	390.460	2.648.945	6.723.716
Títulos corporativos	5.684.089	4.572.301	216.519	210.760	225.732	458.777	1.245.449
Títulos emitidos no exterior	298.360	298.360	-	-	-	-	1.339.711
Títulos de governos de outros países	165.235	165.235	-	-	-	-	-
Carteira de terceiros	22.672.147	22.672.147	-	-	-	-	19.055.738
Títulos públicos federais	22.585.344	22.585.344	-	-	-	-	18.598.342
Títulos corporativos	85.292	85.292	-	-	-	-	364.836
Títulos emitidos no exterior	1.511	1.511	-	-	-	-	29.190
Títulos de governos de outros países	-	-	-	-	-	-	63.370
Carteira livre movimentação (i)	10.115.457	6.213.002	20.814	-	795.563	3.086.078	5.525.607
Títulos públicos federais	6.497.203	5.799.788	20.814	-	-	676.601	5.144.254
Títulos corporativos	3.210.047	5.007	-	-	795.563	2.409.477	-
Títulos emitidos no exterior	-	-	-	-	-	-	381.353
Títulos de governos de outros países	408.207	408.207	-	-	-	-	-
Total	41.991.517	33.921.171	238.004	226.787	1.411.755	6.193.800	33.890.221

(i) Da carteira de livre movimentação, R$9.256.607 (31 de dezembro de 2017 – R$4.770.136) refere-se a posição vendida, e R$858.850 (31 de dezembro de 2017 – R$755.471) a posição financiada.

d. Recursos de aceites e emissão de títulos

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Títulos e valores mobiliários – país	6.191.758	1.015.366	1.476.859	2.101.484	1.474.541	123.508	6.423.836
Letras financeiras	4.545.068	226.683	976.549	1.886.596	1.437.796	17.444	4.772.064
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	1.552.444	694.437	500.310	214.888	36.745	106.064	1.575.503
Certificados de operações estruturadas	94.246	94.246	-	-	-	-	76.269
Títulos e valores mobiliários – exterior	3.939.160	16.652	84.598	1.532.549	1.632.331	673.030	3.865.710
Medium term notes (i)	3.693.687	-	-	1.446.373	1.632.331	614.983	3.682.691
Fixed rate notes e outros	245.473	16.652	84.598	86.176	-	58.047	183.019
Total	10.130.918	1.032.018	1.561.457	3.634.033	3.106.872	796.538	10.289.546

Em 31 de março de 2018, obrigações por títulos e valores mobiliários no país são basicamente indexadas a percentuais de taxa referencial de juros (CDI) entre 88% e 115% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais 1,2 % a.a. a 8,1% a.a. (31 de dezembro de 2017 - taxa referencial de juros (CDI) entre 87% e 115% ou índices de preço (IPCA e IGPM) mais 1,3% a.a. a 8,4% a.a.).

Em 31 de março de 2018, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior possuem taxas entre 4,0% a.a. a 8,5% a.a. (31 de dezembro de 2017 - entre 3,17% a.a. a 8,0% a.a.).

e. Obrigações por empréstimos e repasses

	31/03/2018						31/12/2017
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima 5 anos	Total
Empréstimos no exterior	2.395.747	1.553.402	-	-	-	842.345	1.920.118
Obrigações em moedas estrangeiras	855.635	13.290	-	-	-	842.345	147.097
Obrigações por empréstimos no exterior	1.540.112	1.540.112	-	-	-	-	1.773.021
Empréstimos no país	53.449	-	53.449	-	-	-	75.391
Obrigações por empréstimos no país	53.449	-	53.449	-	-	-	75.391
Obrigações por repasses no país	2.752.920	851.262	152.960	296.546	155.626	1.296.526	2.734.416
FINAME/BNDES	2.752.920	851.262	152.960	296.546	155.626	1.296.526	2.734.416
Total	5.202.116	2.404.664	206.409	296.546	155.626	2.138.871	4.729.925

Em 31 de março de 2018, obrigações por empréstimos e repasses possuem taxas entre de 0,16% a.a. a 3,25% a.a. (31 de dezembro de 2017 - entre 0,16% a.a. a 8,54% a.a.).

f. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital

	31/03/2018					31/12/2017
Nome do papel - moeda	Valor Principal (moeda original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil	Saldo contábil
Letras financeiras - R$ (i)	4.161.000	15/04/2011	15/04/2021	Inflação + taxa pré	4.858.430	4.808.485
Notas subordinadas - US$	800.000	28/09/2012	15/09/2022	5,75%	1.482.304	1.508.752
Notas subordinadas elegiveis a capital - US$ (ii)	1.300.000	12/09/2014	Perpétuo (opção de liquidação em 2019)	8,75%	3.007.615	3.043.309
Total					9.348.349	9.360.546

(i) Letras financeiras possuem vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais a partir de 2016.
(ii) O Banco cancelou o valor total equivalente a US$300 milhões em títulos de dívida de sua emissão Senior 2020 e US$350 milhões de títulos subordinados Tier II 2022, que foram adquiridos desde 2015. Adicionalmente, em outubro de 2017, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil para recomprar, até 1º de dezembro de 2017, o valor total até US$390 milhões de títulos de dívida de capital perpétuo - TIER 1 Capital.

16.Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	31/03/2018	31/12/2017
Dividendos e bonificações a pagar	3.428	612.403
Participações de funcionários nos lucros	282.466	678.304
Total	285.894	1.290.707
Circulante	285.894	1.290.707
Longo prazo	-	-

b. Fiscais e previdenciárias

	31/03/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	77.904	189.681
Impostos e contribuições a pagar (i)	256.875	2.301.464
Contribuição social e imposto de renda diferidos (Nota 18)	77.063	81.288
PIS e COFINS diferidos	18.390	10
Total	430.232	2.572.443
Circulante	268.678	2.480.875
Longo prazo	161.554	91.568

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com vistas a encerrar discussões tributárias referentes ao procedimento administrativo que trata da amortização fiscal, parcial do ágio decorrente da aquisição do então denominado Banco Pactual S.A. pelo UBS AG em 2006 (conforme descrito na Nota 17) o Banco aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017 ("PERT") e da Medida Provisória nº 798, de 31 de agosto de 2017.

Em razão do acordado nos contratos referentes a aquisição, bem como no âmbito do acordo de Private Placement de 2010, os custos financeiros da referida adesão ao PERT foram arcados respectivamente pelo UBS AG e pela BTG Pactual Holding S.A., conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração do Banco, de forma que não haverá impacto financeiro relevante para o mesmo.

c. Diversas

	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações por aquisição de bens e direitos (i)	1.093.246	1.074.677
Provisão para pagamentos a efetuar	186.909	178.929
Provisão para passivos contingentes (Nota 17(c))	1.815.477	2.053.233
Credores diversos - país	2.999.897	2.678.845
Credores diversos - exterior	19.409	20.810
Provisão de perda para fianças (Nota 10(e))	180.343	261.855
Obrigações por operações vinculadas a cessão	6.318	6.318
Outras	20.678	22.522
Total	6.322.277	6.297.189
Circulante	566.772	386.849
Longo prazo	5.755.505	5.910.340

(i) Refere-se a valores a pagar pela aquisição de investimentos (substancialmente Banco Pan S.A. e Banco Sistema S.A.).

17.Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Administração do Banco e suas controladas avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados externos e internos com relação à expectativa de êxito em cada processo.

a. Ativos contingentes

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a instituição não tem contabilizados ativos contingentes.

b. Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

i. Provisões trabalhistas

São compostas por demandas movidas por ex-funcionários principalmente com pedidos de horas extras e equiparação salarial. Os valores das contingências são provisionados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando o estágio atual do processo e o parecer de consultores jurídicos externos e internos.

ii. Provisões cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios) os valores das contingências são provisionados com base no parecer de consultores jurídicos externos e internos.

iii. Provisões fiscais e previdenciárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos de tributos federais, municipais e estaduais e são compostas por obrigações legais e passivos contingentes. Sua constituição é baseada na opinião de consultores jurídicos externos e internos e na instância em que se encontra cada um dos processos.

c. Composição e movimentação das provisões nos trimestres

A Administração do Banco está questionando a constitucionalidade de alguns procedimentos fiscais relacionados aos tributos federais, bem como participa em outros processos judiciais, fiscais e cíveis. A Administração do Banco, com base na opinião dos consultores legais, considera, para os processos judiciais em andamento, que as provisões para esses riscos em 31 de março de 2018 são adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes desses processos.

As provisões constituídas e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas nos trimestres findos em 31 de março:

	31/03/2018				31/03/2017
	Tributária	Cível	Trabalhista	Total	Total
Saldo no início do trimestre	1.727.046	275.348	50.839	2.053.233	2.066.244
Constituição	18.491	29.185	2.960	50.636	56.519
Baixa	(265.874)	(19.663)	(2.855)	(288.392)	(23.536)
Saldo no final do trimestre	1.479.663	284.870	50.944	1.815.477	2.099.227
Provisão para passivos contingentes (Nota 16 (c))				1.815.477	2.099.227

A natureza das principais provisões estão apresentadas a seguir.

i.Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos contingentes (Nota 16(b))

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições. Os valores referentes a obrigações legais e contingências avaliadas pelos advogados internos e externos como perda provável, estão integralmente provisionados. Dentre referidas discussões judiciais as seguintes merecem destaque:

COFINS - Discussão da legalidade da cobrança da COFINS de acordo com as regras estabelecidas na Lei 9.718/98.

PIS - Questionamento da incidência da contribuição para o PIS instituída nas Emendas Constitucionais nº 10 de 1996 e nº 17 de 1997.

Em 31 de março de 2018, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados. Segue abaixo a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que se discute suposta incidência de contribuição previdenciária sobre referidos valores e sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R$477 milhões. Parte desse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Processos relativos à desmutualização e IPO da Bovespa e BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das referidas sociedades. O valor envolvido é de R$ 21 milhões e conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere a período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.

- Em outubro de 2012 o Banco recebeu auto de infração que, em 31 de agosto de 2017, totalizava R$ 2.439 milhões, sob a alegação de que a amortização de ágio pelo Banco para redução do montante do IRPJ e da CSLL a pagar era inapropriado. Este ágio foi gerado na aquisição do Banco pelo UBS em 2006 e sua amortização ocorreu durante o período compreendido entre fevereiro de 2007 a janeiro de 2012, embora referido auto de infração esteja relacionado apenas às declarações de IRPJ e CSLL para os anos de 2007, 2008 e 2009. Foi apresentada defesa contra este auto de infração e, em fevereiro de 2013, houve decisão de primeira instância que reduziu parcialmente o valor do auto de infração. Em 3 de junho de 2015, foi proferida decisão de segunda instância administrativa que deu parcial provimento ao auto de infração para cancelar definitivamente a multa isolada no valor de R$330 milhões. Em 31 de agosto de 2017, este débito foi quitado no âmbito do Programa de Regularização Tributária – PERT. Em dezembro de 2015, novo auto de infração foi recebido totalizando o valor de R$1.964 milhões referente aos anos de 2010 e 2011, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Foi apresentada defesa contra este auto de infração, em que se aguarda decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscal. Adicionalmente, em dezembro de 2017, mais um auto de infração foi recebido totalizando o valor de R$816 milhões, referente ao ano de 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e, por fim, o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince, em 2011. O Banco não espera incorrer em qualquer perda (além das despesas do recurso) relacionada ao tema, e não estabeleceu (e não espera estabelecer) qualquer provisão em suas demonstrações contábeis. Além da avaliação quanto à improcedência dos autos de infração, caso o Banco venha a incorrer em perdas, o mesmo acredita ter o direito de ser indenizado por sua controladora por partes dessas perdas. Dessa forma, em nenhum caso o BTG Pactual espera incorrer em qualquer perda material relacionada a este assunto.

- A Holding Internacional recebeu auto de infração de glosa de imposto sobre a renda pago no exterior e compensado no Brasil no ano de 2012. O valor da autuação é de R$146 milhões. Contra a autuação, a Holding apresentou recurso administrativo, que aguarda julgamento na primeira instância.

- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente ao ano de 2012, no valor de R$175 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na primeira instância.

- Em dezembro de 2017, na qualidade de responsável solidário do Banco Pan S/A, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido na alienação de investimento no Brasil por ente estrangeiro, referente ao ano de 2012, no valor de R$70 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na primeira instância.

- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa a cobrança de Imposto de Renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R$1.014 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo, que aguarda julgamento na primeira instância.

ii.Outros passivos contingentes

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco figurava como parte em processos cíveis, trabalhistas e outras contingências, com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados.

18.Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

	31/03/2018	31/03/2017
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido		
Base de cálculo	759.489	998.500
Resultado antes da tributação e participações	883.573	1.181.648
Participações estatutárias sobre o lucro	(124.437)	(189.372)
Juros sobre capital próprio	353	6.224
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(317.036)	(151.325)
(Inclusões) / exclusões permanentes no cálculo da tributação	23.344	(202.498)
Resultado da equivalência patrimonial de controladas em conjunto e coligadas no país	150.123	(226.146)
Lucros disponibilizados no exterior	-	5.304
Dividendos	2.267	1.558
Outras (inclusões) / exclusões permanentes	(129.046)	16.786
(Inclusões) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	512.943	947.204
Reversão da provisão para ágio na aquisição de investimentos	-	4.212
Juros sobre capital próprio	274.039	400.500
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	143.580	512.670
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.557)	(20.504)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	(250)	(985)
Outras provisões	114.131	51.311
Efeito da majoração de alíquota CSSL 5%	-	5.171
Compensação sobre prejuízo fiscal - Brasil	(415.755)	(620.282)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(196.504)	(21.730)
Referentes a diferenças temporárias		
Constituição / (reversão) do trimestre	(518.223)	(947.182)
Constituição sobre ágio na aquisição de investimento	-	149.400
Constituição / (reversão) sobre prejuízo fiscal	408.793	532.130
Recuperação de imposto de renda de investimento no exterior	34.158	50.926
Constituição / (reversão) sobre prejuizos de investimentos no exterior	-	(41.391)
Outras diferenças temporárias	116.003	1.293
Despesa de tributos diferidos	40.731	(254.824)
Total de receita / (despesa)	(155.773)	(276.554)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão constituídos e registrados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.059/02, levando em consideração o período de realização.

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, apresentados na rubrica "Outros créditos - Diversos" (nota 12(b)), podem ser assim demonstrados:

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2017	Constituição	Realização (i)	31/03/2018
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	977.349	471.252	-	1.448.601
Juros sobre capital próprio	269.968	-	(134.968)	135.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	618.922	15.253	-	634.175
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	1.931.453	-	(232.630)	1.698.823
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	186.124	-	250	186.374
Outras diferenças temporárias	427.642	14.118	(131.492)	310.268
Total	4.411.458	500.623	(498.840)	4.413.241

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2016	Constituição	Realização (i)	31/03/2017
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.380.635	572.743	-	1.953.378
Juros sobre capital próprio	400.500	149.400	(400.500)	149.400
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	878.723	20.504	-	899.227
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	1.372.210	156.739	(613.103)	915.846
Ágio na aquisição de investimentos	16.847	-	(4.212)	12.635
Contingências fiscais e provisões para tributos com exibilidade suspensa	187.143	-	-	187.143
Outras diferenças temporárias	226.853	49.303	(108.307)	167.849
	4.462.911	948.689	(1.126.122)	4.285.478
Refletidas no PL				
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	335	-	(335)	-
Total	4.463.246	948.689	(1.126.457)	4.285.478

(i) Em 31 de março de 2018, o valor referente a recuperação de imposto de renda pago no exterior é de R$61.513 (31 de dezembro de 2017- R$220.213).

Segue abaixo composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em vista a expectativa para realização dos ativos fiscais diferidos:

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo e base negativa	Total
2018	2.079.381	579.424	2.658.805
2019	109.709	159.429	269.138
2020	105.410	295.754	401.164
2021	122.744	184.714	307.458
A partir de 2022	547.397	229.279	776.676
Total	2.964.641	1.448.600	4.413.241
Valor presente	2.438.868	1.385.304	3.824.172

O Banco possui obrigações fiscais diferidas no montante de R$77.063 (31 de dezembro de 2017 - R$81.288), conforme nota 16(b).

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a aliquota de 20% para 15% a partir de 2019.

19.Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2018, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 2.681.601.772 de ações (31 de dezembro de 2017 – 2.681.601.772), sendo 1.746.065.322 ações ordinárias (31 de dezembro de 2017 – 1.746.065.322), 486.180.110 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2017 – 486.180.110), 449.356.340 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2017 – 449.356.340), todas nominativas e sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante total de R$171.567, com a emissão de 1 ação preferencial Classe B, nominativas e sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 6 de novembro de 2017.

As ações ordinárias terão, cada uma, direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A e B não terão direito a voto, terão prioridade no reembolso de capital sem prêmio e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição dos lucros.

As ações preferenciais Classe A terão direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de alienação de controle da Companhia, sendo assegurado aos seus titulares o recebimento de valor por ação no mínimo igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação ordinária integrante do bloco de controle.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou da Companhia, sem necessidade de deliberação e reunião de conselho ou acionista, desde que: (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pela Companhia, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista a converter seja BTG Pactual Holding S.A.); (ii) após a conversão, BTG Pactual Holding S.A. (ou sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais do que 50% das ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) seja sempre observado acordo de acionistas da companhia. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que: (i) a Companhia seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores; e (ii) seja sempre observado o acordo de acionistas da companhia.

b. Ações em tesouraria

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2018, o Banco efetuou recompra de *units*, de acordo com o programa aprovado no valor de R$37.883 (31 de dezembro de 2017 - R$489.977), equivalente a 1.811.300 *units* (31 de dezembro de 2017 - 31.618.580 *units)*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve cancelamento de *units* no valor de R$467.748 equivalentes a 32.287.880 units. No trimestre findo em 31 de março de 2018, não houve cancelamento de *units.* Em 31 de março de 2018, 7.038.900 *units* (31 de dezembro de 2017 – 5.227.600 *units)* encontravam-se em tesouraria, no o valor de R$130.946 (31 de dezembro de 2017 – R$93.063).

c. Reserva especial de lucro

Esta reserva, equivalente a R$300.000, tem por finalidade destinar juros sobre capital próprio declarados após o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

d. Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

e. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, esta reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e seu montante está limitado ao saldo do capital social.

f. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado na agência no exterior.

g. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco provisionou R$608.975, referente a juros sobre capital próprio, equivalentes a R$0,23 por ação, que gerou R$274.039 de benefício fiscal. Tais montantes foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2017, e pagos em 7 de março de 2018.

h. Reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/03/2017
Banco BTG Pactual S.A.	18.648.026	18.469.227	477.551	720.067
Refere-se a reconciliação do patrimônio liquido e do resultado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Pan S.A.(i)	54.465	54.465	-	-
Outros (ii)	-	-	122.807	-
Banco BTG Pactual S.A. Consolidado	18.702.491	18.523.692	600.358	720.067

(i) As informações consolidadas apresentadas pelo Banco Pan S.A. incluem suas controladas, diretas e indiretas, e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs). No processo de consolidação dos FIDCs, os lucros não realizados oriundos das operações de cessões de crédito do Banco Pan para os seus FIDCs foram eliminados o que resultou em uma diferença entre o patrimônio líquido individual e o patrimônio liquido consolidado. O reflexo dessa diferença é encontrada também entre os patrimônios líquidos individual e consolidado do Banco BTG Pactual S.A. em decorrência do reconhecimento do investimento no Pan por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) A diferença no lucro líquido entre as demonstrações contábeis individuais e demonstrações contábeis consolidadas resulta, substancialmente no registro da variação cambial sobre os investimentos no exterior e hedge desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos créditos tributários.

20.Receitas de prestação de serviços

	31/03/2018	31/03/2017
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	159.245	128.173
Assessoria técnica	127.155	134.396
Corretagem	60.547	38.257
Rendas de garantias prestadas	55.638	60.810
Comissão de colocação de títulos	44.573	56.077
Outros serviços	1.775	5.380
Total	448.933	423.093

21.Outras receitas operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Atualização de valores a receber por venda de bens e direitos	50.522	26.793
Receita de variação cambial	44.813	94.103
Reversão de provisões - contingências	27.299	14.548
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	19.333	42.462
Recuperação de encargos e despesas	181	287
Reversão de provisões - outras	1.419	1.029
Outras rendas operacionais	1.392	41.957
Total	144.959	221.179

22.Outras despesas operacionais

	31/03/2018	31/03/2017
Despesa de atualização de impostos	21.629	7.565
Variação cambial	45.647	68.961
Provisão para outros créditos sem características de crédito	77.774	102.065
Atualização de valores a pagar por aquisição de bens e direitos (i)	18.569	38.905
Ajuste ao valor de mercado de ativos	-	87.104
Amortização de ágio (ii)	-	41.000
Desconto concedido em renegociações	209	687
Provisões para garantias prestadas	1.014	10.892
Outras	23.005	16.339
Total	187.847	373.518

(i) Substancialmente Banco Pan S.A. e Banco Sistema S.A.
(ii) Refere-se basicamente a amortização do ágio da Celfin.

23.Outras despesas administrativas

	31/03/2018	31/03/2017
Serviços de terceiros e consultorias	99.277	79.277
Telecomunicações e processamento de dados	55.315	49.729
Locações e condomínios	23.013	22.663
Despesas do sistema financeiro	37.597	28.802
Propaganda e relações públicas	15.320	10.588
Depreciações e amortizações	14.343	16.423
Provisão para contingências	29.185	14.346
Outros	13.436	11.861
Total	287.486	233.689

24.Partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nos seguintes grupos:

	Controladores (i)		Controle conjunto e coligadas		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Ativo						
Aplicações no mercado aberto	-	-	31.389	27.171	31.389	27.171
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	20.003	400.058	20.003	400.058
Títulos e valores mobiliários	-	-	34.256	49.336	34.256	49.336
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	243.448	72.276	243.448	72.276
Operações de crédito	2.999.621	2.409.687	-	-	2.999.621	2.409.687
Diversos	1.913.890	1.893.146	1.927.750	-	3.841.640	1.893.146
Passivo						
Depósitos interfinanceiros	-	-	(65.008)	(85.704)	(65.008)	(85.704)
Depósitos à prazo	(531.851)	(59.602)	-	-	(531.851)	(59.602)
Depósitos à vista	(3.087)	(45)	-	-	(3.087)	(45)
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	2.999.621	-	(391.168)	(755.288)	2.608.453	(755.288)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(144.023)	-	(144.023)	-

	Controladores		Controle conjunto e coligadas		Total	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Resultado do trimestre						
Receitas de intermediação financeira	773	-	77.430	228.257	78.203	228.257
Despesas de intermediação financeira	-	254	(2.809)	(7.401)	(2.809)	(7.147)
Outras receitas (despesas) operacionais	(20.449)	-	638	(100.700)	(19.811)	(100.700)

(i) Inclui pessoas físicas.

A remuneração total paga do pessoal chave da administração para o trimestre foi de R$15.566 (31 de março de 2017 – R$1.245) a qual é considerada benefício de curto prazo.

25.Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

Saldos no início do trimestre	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Disponibilidades	4.347.209	674.114
Aplicações no mercado aberto	17.683.903	11.360.730
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.169.893	1.938.904
Total	23.201.005	13.973.748

Saldos no fim do trimestre	**31/03/2018**	**31/03/2017**
Disponibilidades	7.293.132	899.681
Aplicações no mercado aberto	26.643.003	17.788.322
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.180.092	2.233.550
Total	35.116.227	20.921.553

b. Compromissos e responsabilidades

O Banco e suas controladas têm como principais compromissos e responsabilidades o seguinte:

	31/03/2018	**31/12/2017**
Coobrigações e riscos em garantias prestadas	45.551.441	29.531.510
Responsabilidades por administração de futuros e carteiras de investimentos (i)	188.383.936	165.325.497
Títulos e valores mobiliários	35.114.305	36.030.558
Depositários de valores em custódia	3.228.308.843	1.116.058.327
Negociação e intermediação de valores	2.770.433.531	1.833.298.069
Valores de crédito contratados a liberar	1.207.331	972.000
Compromissos a liberar	22.600	12.900

(i) Registradas pelo somatório dos valores patrimoniais dos fundos e carteiras de investimento.

A rubrica “Coobrigações e riscos em garantias prestadas”, é composta, basicamente, por fianças corporativas ou ativos destinados à garantia de operações em bolsas.

Na rubrica “Depositários de valores em custódia”, estão refletidas as posições de terceiros de títulos públicos e privados, custodiados no SELIC e na B3 S.A.

Na rubrica “Negociação e intermediação de valores”, estão representados os valores dos contratos de compra e venda de instrumentos financeiros derivativos, relacionados a operações de terceiros.

Na rubrica “Valores de créditos contratados a liberar”, estão registrados valores a liberar referentes a operações de crédito contratadas com clientes.

Na rubrica “Compromissos a liberar”, estão registrados valores a liberar referentes a compromissos financeiros do Banco com suas investidas.

26.Eventos subsequentes

Em 20 de abril de 2018, o Banco Pan S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital da companhia homologado pelo seu Conselho de Administração em 7 de fevereiro de 2018. Após o aumento de capital, o BTG Pactual passou a deter aproximadamente 577.662 ações de emissão do Banco Pan S.A., correspondentes a 50,6% do seu Capital Social.

A despeito da nova composição do capital social da companhia, o controle compartilhado do Banco Pan S.A. não foi alterado, de maneira que a Caixa Participações S.A. - CaixaPar e o BTG Pactual permanecem como co-controladores da companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Administradores e Acionistas do

Banco BTG Pactual S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis individuais intermediárias do Banco BTG Pactual S.A. (Banco), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis individuais intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis individuais intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis individuais intermediárias acima referidas, incluídas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfases

Equivalência patrimonial de empresa investida no exterior

Conforme mencionado na nota n°13 às informações contábeis individuais intermediárias, o Banco possuí investimento no EFG International (“EFG”), porém não possui acesso tempestivo às informações contábeis e financeiras antes da divulgação das demonstrações contábeis dessa investida. Assim, o reconhecimento da equivalência patrimonial é efetuado em prazo superior ao permitido pelo Banco Central do Brasil, bem como eventuais ajustes reconhecidos pelo EFG podem vir a serem reconhecidos pelo Banco em períodos posteriores ao registro na investida. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de março de 2018, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 3,1 bilhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos divulgados no mercado. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração individual do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração individual intermediária do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação nas informações individuais intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis individuais intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC-1SP172167/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO BTG PACTUAL S.A.

CNPJ/MF 30.306.294/0001-45

NIRE 33.300.000.402

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2018

1. Data, hora e local: Ao dia 02 do mês de maio de 2018, às 10 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, Torre Corcovado (“Companhia”).

2. Presença: A totalidade dos Diretores da Companhia.

3. Mesa: Presidente – Roberto Balls Sallouti; e Secretário – Iuri Rapoport.

4. Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 25, da Instrução Normativa nº 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 07 de dezembro de 2009:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre o exame das demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.3. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

5. Aprovação e Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, João Marcello Dantas Leite, Marcelo Kalim, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2018.

Iuri Rapoport

Secretário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO BTG PACTUAL S.A.

CNPJ/MF 30.306.294/0001-45

NIRE 33.300.000.402

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA

REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2018

1. Data, hora e local: Ao dia 02 do mês de maio de 2018, às 10 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º, 6º e 7º andares, Torre Corcovado ("Companhia").

2. Presença: A totalidade dos Diretores da Companhia.

3. Mesa: Presidente – Roberto Balls Sallouti; e Secretário – Iuri Rapoport.

4. Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 25, da Instrução Normativa nº 480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 07 de dezembro de 2009:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre o exame das demonstrações financeiras individuais do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

4.3. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre a revisão das demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base 31 de março de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

5. Aprovação e Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Eduardo Henrique de Mello Motta Loyo, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, João Marcello Dantas Leite, Marcelo Kalim, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2018.

Iuri Rapoport

Secretário